



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA/PPGEDUC**

**RUSEVELT SILVA SANTOS**

**EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: A Educação e a Cultura como  
ferramentas para preservar o legado de Felipa Aranha do quilombo de Alcobaça**

**CAMETÁ/PA  
2023**

**RUSEVELT SILVA SANTOS**

**EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: A Educação e a Cultura como ferramentas para preservar o legado de Felipa Aranha do quilombo de Alcobaça**

Texto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), do Campus Universitário do Tocantins – Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

**CAMETÁ/PA  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S586e Silva Santos, Rusevelt.  
EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: : A Educação e  
a Cultura como ferramentas para preservar o legado de Felipa  
Aranha do quilombo de Alcobaça / Rusevelt Silva Santos. — 2019.  
105 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Campus Universitário de Cametá, Programa de Pós-Graduação em  
Educação e Cultura, Cametá, 2019.

1. Identidade Negra. 2. Empoderamento. 3. Felipa Aranha.  
4. Educação. 5. e Cultura. I. Título.

CDD 370.82

---

**RUSEVELT SILVA SANTOS**

**EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: A Educação e a Cultura como ferramentas para preservar o legado de Felipa Aranha do quilombo de Alcobaça**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto**  
**PPGEDUC/UFPA**  
**(Orientadora)**

---

**Profa. Dra. Andrea Silva Domingues**  
**PPGEDUC/UFPA**  
**(Avaliadora Interna)**

---

**Profa. Dra. Cândida Soares da Costa**  
**PPGE-UFMAT**  
**(Examinadora Externa – Titular)**

---

**Profa. Dra. Marisa Alicia Montrucchio**  
**PPGEDUC/UFPA**  
**(Avaliadora Interna)**

**CAMETÁ/PA**  
**2023**

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe Maria (in memoriam) me ensinou o poder da pedagogia popular. Ela não pode estar presente comigo durante esta etapa de minha trajetória acadêmica, no entanto, tenho certeza que ela se orgulharia ao me ver concluindo mestrado, pois sempre foi uma incentivadora dos meus estudos.

Este trabalho é ainda dedicado à vida de mulheres e homens e negros que me fizeram ver o racismo presente e que precisa ser combatido.

Dedico com amor a quem deu condições para que seus filhos fossem bons cidadãos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, criador perpétuo do universo, que me ajudou a superar os grandes obstáculos nessa andadura.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura, pela oportunidade de cursar o mestrado.

A todos as/os minhas/meus professoras/es do Mestrado em Educação e Cultura do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), do Campus Universitário do Tocantins – Universidade Federal do Pará (UFPA), pela oportunidade de aprofundamento no amadurecimento acadêmico, intelectual e profissional.

À Professora Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto, minha orientadora, por suas orientações e por ensinamentos que foram fundamentais para concretização deste trabalho; seu exemplo como historiadora, educadora e como ser humano sempre me inspirou segurança e fraternidade.

Às Professoras. Dra. Andrea Silva Domingues, membra da banca de qualificação, pela leitura e pelas sugestões de alteração no texto sem o qual não teria adquirido esta qualidade. À Profa. Dra. Cândida Soares da Costa com sua grande sapiência para analisar e contribuir dando ainda mais qualidade ao texto final. À professora Dra. Marisa Alicia Montrucchio com seu conhecimento universal muito contribuiu para o trabalho, cabendo a mim dá passos seguros.

Aos colegas do curso de Mestrado, pelas aprendizagens coletivas e compartilhamento dos estudos e pela construção das aprendizagens que muito contribuíram para a minha formação e para a conclusão deste trabalho.

À minha vó Ester (in memoriam) mulher de coração forte e resistente cheia de ternura.

Ao meu pai Domingos, pelo Caixa Escolar que possibilitava levar os livros novos da escola para casa. Um mestre com muitas histórias para contar.

Aos meus irmãos Rusevalt, Rusilet, Rusilene, Rusinete e Eliana por resolvermos nossos problemas em volta de uma mesa farta. E todos falando alto na cozinha.

Aos meus filhos Stefanni e Samuel, meus ganhos em sabedoria e o dobro de paciência. A todos os meus sobrinhos, verdadeiras partes de mim.

Aos colegas de profissão e alunos por contribuírem com o debate tornando-me mais, no entanto, o homem é um sujeito histórico, permitindo-lhe que construa materialmente

também discursos e práticas contra hegemônicos, em unidade, objetivando a promoção do humano que somos, opondo-se à objetalização mais que imposta pelo capital.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste mestrado.

Muito Obrigado!

## RESUMO

A luta pela igualdade de gênero e raça é um tema recorrente na sociedade brasileira, e o empoderamento da mulher negra é uma questão fundamental, nesse sentido, a educação e a cultura são ferramentas importantes para preservar o legado de mulheres negras que lutaram e resistiram ao longo da história. Um exemplo emblemático é Felipa Aranha, líder do Quilombo de Alcobaça, que se destacou pela sua coragem e determinação na luta contra a escravidão e pela liberdade do povo negro. Nesse contexto, a presente dissertação tem como objetivo analisar materiais bibliográficos e documentos que façam referência positiva das mulheres afro-brasileiras a fim de identificar características e perfis empoderadores para promover a disseminação desse conhecimento de forma a contribuir com o empoderamento da mulher negra. A metodologia utilizada nesta dissertação é a pesquisa-ação, que tem como foco a ação coletiva para melhorar a práxis e promover uma intervenção na realidade. A pesquisa-ação se diferencia das pesquisas convencionais por sua abordagem transformadora nos espaços em que é aplicada (Thiollent, 2011). Para realizar a pesquisa, foi adotado um ciclo de quatro etapas: planejamento, ação, observação e reflexão. O objetivo foi promover uma intervenção na realidade estudada, por meio de ações coletivas que visam melhorar a práxis dos sujeitos envolvidos. Nosso arcabouço teórico foi construído com base nos seguintes autores: Pinto (2001, 2004, 2010), Amaral (2015), Costa Lima (2013), Davis (2016), dentre outros. A pesquisa concluiu que: a inclusão de questões étnico-raciais nos currículos escolares é fundamental para a preservação dos valores e saberes da comunidade e a promoção de exemplos de mulheres que lutaram por seus direitos e transformaram suas realidades pode encorajar os estudantes a fazerem o mesmo. A pesquisa aponta a importância da educação na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo, permitindo um processo histórico de reparação e reconhecimento do outro, bem como da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Conclui-se que a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que tem como um de seus principais focos a preservação e manutenção da cultura dos povos que a constituem.

**Palavras-chave:** Identidade Negra; Empoderamento; Felipa Aranha; Educação e Cultura.

## ABSTRACT

The fight for gender and racial equality is a recurring theme in Brazilian society, and the empowerment of black women is a fundamental issue in this context. Education and culture are important tools for preserving the legacy of black women who have fought and resisted throughout history. An emblematic example is Felipa Aranha, leader of the Quilombo de Alcobaça, who stood out for her courage and determination in the fight against slavery and for the freedom of the black people. In this context, the present dissertation aims to analyze bibliographic materials and documents that make positive reference to Afro-Brazilian women in order to identify empowering characteristics and profiles to promote the dissemination of this knowledge in a way that contributes to the empowerment of black women. The methodology used in this dissertation is action research, which focuses on collective action to improve praxis and promote intervention in reality. Action research differs from conventional research due to its transformative approach in the spaces where it is applied (Thiollent, 2011). To carry out the research, a cycle of four stages was adopted: planning, action, observation, and reflection. The objective was to promote an intervention in the studied reality through collective actions that aim to improve the praxis of the subjects involved. Our theoretical framework was built based on the following authors: Pinto (2001, 2004, 2010), Amaral (2015), Costa Lima (2013), Davis (2016), among others. The research concludes that the inclusion of ethnic-racial issues in school curricula is fundamental for preserving the values and knowledge of the community. The promotion of examples of women who fought for their rights and transformed their realities can encourage students to do the same. The research highlights the importance of education in promoting racial equality and combating racism, allowing for a historical process of reparation and recognition of others, as well as African, Afro-Brazilian, and indigenous history and culture. It is concluded that education plays a fundamental role in building a more just and equal society, with one of its main focuses being the preservation and maintenance of the culture of the peoples that constitute it.

**Keywords:** Black Identity; Empowerment; Felipa Aranha; Education and Culture.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....</b>	<b>21</b>
<b>3. A CONTRIBUIÇÃO DE FELIPA ARANHA PARA A DISCUSSÃO SOBRE RACISMO, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA NAS ESCOLAS EM TUCURUÍ/PA .....</b>	<b>27</b>
3. 1. Reflexões históricas de Felipa Aranha .....	27
3. 2. Negra Felipa: o diamante negro polido às margens do Rio Tocantins.....	38
3. 3. A Educação do negro e as práticas educativas antirracistas.....	45
3. 4. O racismo presente na educação e na exclusão do negro.....	46
3. 5. A legislação como meio de práticas antirracistas.....	50
3. 6. As várias faces do racismo .....	53
3. 7. A Construção do Processo de Empoderamento da Mulher Negra com base em sua identidade .....	57
3. 8. A educação da mulher negra como ato de resistência.....	60
<b>4. A PESQUISA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA NEGRA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM ESCOLAS .....</b>	<b>64</b>
4. 1. O Processo de Execução da Pesquisa em Tela.....	64
4. 2. Festival Felipa Aranha mais um passo de grande mobilização.....	86
<b>RESULTADOS .....</b>	<b>92</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Representação gráfica do ciclo básico da Pesquisa-Ação. ....	22
<b>Imagem 2:</b> Mapa dos quilombos do entorno de Alcobaça e outros às margens do rio Tocantins entre as cidades de Tucuruí e Cametá no Pará.....	31
<b>Imagem: 3</b> Mapa Localização do Quilombo de Alcobaça.....	33
<b>Imagem 4:</b> Trecho da carta que Felipa Aranha escreveu ao governador Telles de Menezes. ....	36
<b>Imagem 5:</b> Felipa Maria Aranha .....	37
<b>Imagem 6:</b> Dona Felipa Maria Aranha .....	37
<b>Imagem 7:</b> Felipa Maria Aranha retratada pelo Google art. e imagens. ....	38
<b>Imagem 8:</b> Sr. Manoel de Freitas Albuquerque .....	66
<b>Imagem 9:</b> Produção de farinha de mandioca - Quilombo de Jutaí Vila de Breu Branco PA. ....	68
<b>Imagem 10:</b> Primeira Formação Educação para as Relações Étnico Raciais (2013). Nesta foto à frente, professora Aliene, professor Oberdan Medeiros, professora Dra Conceição Bugarim, professor Rusevelt Santos. ....	68
<b>Imagem 11:</b> Rusevelt Santos e professora Anízia Primeira formação em Educação para as Relações Étnico-Raciais (2013) .....	69
<b>Imagem 12:</b> Diálogos sobre a importância de incentivar os jovens da comunidade quilombola a prestarem o vestibular/2022. ....	74
<b>Imagem 13:</b> Proposta de inserir no planejamento de ensino conhecimentos sobre a história de vida de Felipa Aranha para a comunidade quilombola de Jutaí, Breu-Branco-PA. Aqui o presidente da APOVO Ademar Ribeiro de Sousa .....	74
<b>Imagem 14</b> - Participação no Projeto Arte no Quilombo na Comunidade Quilombola de Jutaí em Breu Branco-PA. ....	76
<b>Imagem 15:</b> Atividade prática dentro do Projeto Arte no Quilombo aplicado na Comunidade quilombola de Jutaí em Breu Branco-PA. ....	77
<b>Imagens 16 e 17:</b> As irmãs Trindade todas elas dentro do Projeto Arte no Quilombo resgatam o samba de Cacete como elemento empoderador junto a comunidade na Comunidade quilombola de Jutaí em Breu Branco-PA. (todas as irmãs estão na universidade e seus maridos) e mãe e os filhos as acompanham nas atividades dentro da universidade .....	79
<b>Imagem 18</b> - EMEF – Grão-Pará evento culminância da 4ª Consciência Negra.....	80
<b>Imagem 19</b> – EMEF – Grão-Pará premiação na culminância do evento.....	80

<b>Imagens 20 e 21:</b> EEEM – Ribeiro de Sousa Projeto Consciência Negra na Escola o ano todo. ....	81
<b>Imagens 22, 23 e 24:</b> EMEF – APF Escola Ana Pontes Francez. Projeto Integração da Consciência Negra – Compartilhando Saberes, Dividindo Experiencias. Novembro de 2022. ....	81
<b>Imagem 25:</b> Reunião de apresentação do Projeto Felipa na Escola EMEF Manoel Carlos. ....	84
<b>Imagem 26:</b> Entrega/ doação dos livros a serem usados no desenvolvimento do projeto na EMEF - Manoel Carlos. ....	84
<b>Imagem 27:</b> Atividade lúdica e teatral do livro “Felipa Aranha – a guerreira da Amazônia” ....	85
<b>Imagem 28:</b> Primeira reunião de elaboração do Festival Cultural Felipa Aranha .....	86
<b>Imagem 29:</b> Cartaz de divulgação do Festival elaborado por Victória Régia usando a arte de Jean Tattoo. ....	87
<b>Imagem 30:</b> Participantes Cia de Dança Chão de Estrelas, vestidos com as indumentárias do espetáculo. ....	88

## **LISTA DE SIGLAS**

ÀGERE - Corporação em Advocacy.

AC - Análise de Conteúdo

APEDEFA - Associação de Pesquisas, Estudos e Defesa de Negras e Negros de Tucuruí região 'Felipa Aranha'

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

EMEIF- Escola de Ensino Infantil e Fundamental

NEABIS - Núcleo de estudos afro-brasileiro e indígena IFPA – Tucuruí PA.

PPGEDUC - Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí

SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará

## 1. INTRODUÇÃO

O estudo que ora apresentamos, intitulado, EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA: A EDUCAÇÃO E A CULTURA COMO FERRAMENTAS PARA PRESERVARO LEGADO DE FELIPA ARANHA DO QUILOMBO DE ALCOBAÇA, tem como objeto de investigação o legado de D. Maria Felipa Aranha e sua contribuição para a construção das identidades negras tanto no ambiente escolar, como na comunidade onde estão inseridas; objetivando analisar materiais bibliográficos e documentos que façam referência positiva das mulheres afro-brasileiras a fim de identificar características e perfis empoderadores para promover a disseminação desse conhecimento de forma a contribuir com o empoderamento da mulher negra a partir da história de vida e luta de Felipa Aranha na rede básica de educação de Tucuruí-PA. A pesquisa está inserida no campo de discussão da linha de pesquisa Culturas e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A aproximação com essa temática está entrelaçada com a minha trajetória de vida no campo da militância nos movimentos sociais ligados à educação e, particularmente, com a minha formação inicial no curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará, no ano de 1998. Logo após, já estava inserido no espaço da escola pública municipal e, com acúmulos da militância no movimento estudantil, vivenciando outro campo de atuação social. Assim, fui ampliando meu espaço de luta nesse campo de discussão sobre a educação com qualidade social para o município de Tucuruí-PA.

O acúmulo no debate, a participação no Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, subsede de Tucuruí, (SINTEPP-Tucuruí) e a experiência em sala de aula aprofundaram meu olhar sobre a realidade vivenciada nesses espaços. Nesse contexto, embalado pelos debates sobre direitos humanos, Constituição democrática de 1988 e as mudanças advindas da liberdade e da redemocratização, voltei meu olhar para as minorias e os invisíveis sociais (diversidade, mulheres, indígenas, quilombolas, negros, idosos e crianças). Dessa forma, parte da minha existência tem sido dedicada a essas causas. Além disso, o aprofundamento com a teoria libertadora de Paulo Freire, muito em função de minha formação no curso de Pedagogia, me permitiu compreender a educação como processo de humanização do ser e, desse modo, busquei colocar em prática as aprendizagens conquistadas.

Foi na Universidade que pela primeira vez me vi como negro. A partir disso, iniciei minha participação nos eventos relacionados à temática étnico-racial onde tomei conhecimento que em Tucuruí existiu uma mulher negra, Felipa Aranha, que fugiu da escravidão formando

na região do Baixo Tocantins vários quilombos, dentre eles o quilombo de Alcobaça. Comecei minha pesquisa e, assim, meu interesse por esse tema só aumentou. Dessa forma, mobilizei e realizei no ano de 2001 o Primeiro Encontro de Negras e Negros de Tucuruí. Esse evento, aliado a outros debates, contribuiu para que eu me tornasse antirracista.

Para garantir a todas as pessoas, indistintamente, uma educação de qualidade para que todas/os possam compartilhar dos avanços científicos e tecnológicos de uma dada época, a sociedade precisa estar fundamentada em princípios de igualdade, interdependência, reconhecer e aceitar a diversidade humana, em todas as suas manifestações religiosas, culturais e humanistas.

Nessa imersão na cultura afro-brasileira me aprofundei em leituras que pudessem embasar minhas novas pesquisas e, dessa forma, conheci obras que me acompanharam por toda a vida como, por exemplo *O Negro no Pará* de Vicente Salles (1998), *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus (2004) e *Os Tambores* de São Luís de Josué Montello (1985); essas obras ajudaram a forjar meu caráter e o caminho que eu deveria seguir.

Ao longo dos anos fui desenvolvendo pesquisas sobre discriminação racial do aluno negro, a escravidão contemporânea na Amazônia, História e cultura afro-brasileira, dentre outras, ao ponto de ressignificar minhas atitudes e buscar novos desafios. Pensando assim, a partir de 2013 observei a existência de lacunas em publicações de livros com os conteúdos que tratassem sobre a identidade negra de forma positiva. Cogitei escrever sobre esses temas e produzir materiais para educandos e educadores de Tucuruí, tendo escrito, desde então, alguns livros sobre a temática do negro em Tucuruí como, por exemplo, o livro ficção: “Felipa Aranha: a guerreira da Amazônia”; “Poemas - Um Grito Negro poetizando a Conscientização”; “Contos Narrativas Amazônicas: Histórias Contadas pelo nosso povo”.

Acreditando, ser a educação a força motriz que pode cooperar nas mudanças que o mundo precisa, no ano seguinte assumi a coordenação de Educação para as Relações Étnico raciais da Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí (SEMEC), onde trabalhei nos anos seguintes levando formação em torno da Lei 10.639/2003 para a rede pública municipal de Ensino. Posteriormente, realizamos o II Encontro de Negras e Negros de Tucuruí, ocasião em que foi fundada a Associação de Pesquisas, Estudos e Defesa de Negras e Negros de Tucuruí e região ‘Felipa Aranha’ (APEDEFA), a qual presidi nos anos seguintes. Fui seguindo nos anos posteriores entre orientações de projetos, participação em organizações de eventos, mesas temáticas sobre assuntos relacionados à questão étnico-racial e militância movimento negro. Em sequência à minha formação/militância resolvi ingressar no Mestrado acadêmico em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA) motivado pela seguinte problemática: como a mulher

negra pode se fazer empoderada por meio do legado de Felipa Aranha, do quilombo de Alcobaça, de modo que desenvolva conscientemente o sentimento de pertencimento à sua cultura?

A problemática em questão foi se constituindo e consolidando em face dos preconceitos de raça observados nos espaços escolares e da promulgação da **Lei nº 10.639/2003**, bem como a **Lei nº 11645/2008**, que neste ano de 2023 completou vinte anos. Apesar de muitos avanços, o debate acerca das questões da aplicabilidade da lei na História da África e História dos povos africanos e afro-brasileiros ainda é insuficiente. Nesse sentido, ainda há muito a ser feito para a efetivação dessa lei no que diz respeito ao combate ao racismo, à discriminação e às desigualdades sociais, pois estamos aquém na implementação de políticas que promovam a igualdade racial e social da população negra, especialmente, na educação básica.

A valorização da história e cultura afro-brasileira articula-se ao estudo da formação do território nacional, em sua diversidade territorial, de paisagens e de culturas e da sua ligação com outras culturas do mundo. Todavia, observamos a prevalência de perspectivas históricas que promovem a grandeza do colonizador em face à destituição da história do colonizado, humanos transformados em escravos como fora Felipa Aranha. O silenciamento das vozes femininas no cenário de lutas sociais, bem como a negação da história de homens e mulheres que, mesmo diante de inúmeras barbáries, opõem-se à violência, à desumanização, lutando por outra perspectiva de existência, como podemos constatar em Felipa Aranha.

Ser mulher e negra em uma sociedade dominada por homens e brancos já se configura como uma atitude de ruptura. No entanto, ser mulher e negra combatendo o preconceito, o racismo, o sexismo, a exclusão, a rejeição, a coisificação por meio de sua resistência, caracteriza-se mais ainda como um ato de luta seriamente delimitado. O ápice desse processo se faz justamente por meio da educação, a qual não se fazia desde a fase da escravidão aplicada aos escravizados e muito menos às mulheres, e que dirá às escravizadas mulheres. Como aconteceu com Felipa Aranha.

Assim, esta pesquisa busca estabelecer uma relação de causa e consequência entre a escravidão, o racismo e o sexismo, no intuito de defender a ideia de que a mulher negra pode claramente se fazer empoderada a partir da educação que, conseqüentemente a leva à ascensão social e econômica, requerendo unicamente que haja uma ação de reconhecimento entre brancos e negros, homens e mulheres, de sua igualdade e potencialidade. Em Felipa podemos buscar motivação e exemplo de determinação na luta por uma vida melhor para as meninas e mulheres negras da região do Baixo Tocantins e expandir este movimento pela Amazônia afora e por todo o mundo. Para isso, entendemos que a educação possui o papel de romper com os paradigmas dispostos por uma sociedade racista, hegemônica, machista e branca, permitindo

assim que se realize um processo histórico de reparação e reconhecimento do outro.

Antes de prosseguir com minhas considerações, gostaria de enfatizar, que não pretendo aqui criticar, muito menos denunciar as formas e /ou procedimentos adotados pelas/os professores/as ou quaisquer profissionais das escolas, em suas práticas cotidianas. O que almejo verdadeiramente é poder reconhecer e valorizar cada vez mais, através de trabalhos como estes, suas lutas, suas dificuldades e esforços, bem como poder contribuir de alguma maneira para o advento de uma educação libertadora, crítica e transformadora.

Quando falamos em educação voltada para emancipação, libertação e autonomia do sujeito, teremos como base teórica a educação freiriana. Para Freire (1989), a educação não pode ser vista como um processo de transmissão de conhecimentos, mas sim como um processo de construção coletiva do saber. Para o autor, a educação libertadora tem como objetivo principal a emancipação do indivíduo, permitindo que ele se torne sujeito de sua própria história. Em suas palavras: "Não há educação neutra. Ou se educa para a dominação ou se educa para a libertação" (Freire, 1989, p. 78). É isso que buscamos quando falamos de uma educação antirracista, uma educação voltada para a valorização da história e cultura negra, uma educação que seja pensada e exercida de forma que liberte das amarras excludentes que nos foram colocadas quando nossa história foi escrita.

Para Freire, a educação deve ser um processo dialógico, no qual professor e aluno se colocam em pé de igualdade, trocando saberes e experiências. Ele argumenta que nesse processo o diálogo é fundamental por ser uma necessidade da existência humana e, nesse sentido, temos a primordial tarefa de aprender a dialogar. Além disso, Freire defende que a educação deve estar sempre ligada à realidade do aluno e do meio em que ele vive. Segundo ele, "a educação não transforma o mundo. Ela transforma as pessoas. As pessoas transformam o mundo" (Freire, 1987, p. 52). Dessa forma, vemos que a educação, na perspectiva libertadora de Paulo Freire, tem como objetivo principal a emancipação do indivíduo, permitindo que ele se torne sujeito de sua própria história.

Quando fazemos uma ligação entre a teoria de Freire e a história de vida de Felipa Aranha temos a teoria e a prática em um corte epistemológico, e vemos que a pesquisa está no caminho certo, que se faz mais do que necessário que histórias como a de Felipa Aranha sejam parte do conteúdo que é ensinado nas escolas de Tucuruí. É necessário que a/o educadora/or aceite o desafio de instigar a ele próprio, suas práticas, atitudes, perspectivas para modificar, recriar possibilidades de mudanças e instigar a curiosidade em suas educandas/os a buscar sempre pelo novo.

Também é relevante acrescentar aos interesses desta pesquisa a promoção de um debate

acadêmico amplo a respeito das perspectivas da educação, no que diz respeito a atenção dispensada a/ao aluna/o afro-brasileira/o e as metodologias e práticas docentes dispensadas a este. Sendo assim, será possível alcançar a reflexão crítica do assunto, o que poderá provocar uma grande modificação na educação que contagiará todo o país. Afinal de contas:

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber (Freire, 2019, p. 59-60).

A colonização do Brasil a partir do século XVI está inserida no contexto da expansão comercial europeia e no surgimento e desenvolvimento do capitalismo. O traço marcante dessa colonização foi o de servir para o enriquecimento das metrópoles da Europa, ou seja, o “sentido” de nossa colonização estava nisso: ela foi constituída para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros e mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida café para o comércio europeu. E tudo isso ocorreu à custa do trabalho dos sujeitos que foram escravizados e, conseqüentemente, da exclusão sociocultural desses grupos.

Com essa ação criminal, os europeus tentavam justificar com teorias racistas o que sempre os beneficiavam. Esse mesmo homem branco continuou ao longo da história buscando subsídios para manter a sua supremacia. No colonialismo do século XVI, por exemplo, a política colonizadora imperialista fundamentou-se na diplomacia do canhão, ou seja, foi conseguida pela força, embora travestida de ideais que a justificavam: os colonos consideravam-se portadores de uma missão civilizadora humanista, filantrópica e cultural; e estavam investidos de altruísmo, já que abandonavam o conforto da metrópole para “melhorar” as condições de vida das regiões para onde se dirigiam. E a nova versão do pretexto século XIX, era levar a fé cristã aos infiéis da América.

O que o colonialismo desse século fez, permeado pelo ideal de supremacia econômica e cultural, foi formular o mito da superioridade racial, incluindo concepções científicas criadas pelos próprios europeus, que enalteciam os brancos e o imperialismo europeu.

Segundo Sobrinho (2019), esse pensamento de superioridade racial, teve início com as teorias racialistas, tal como evidenciadas em sua dissertação de mestrado *NARRATIVAS MUIPIENSES: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO A EDUCAÇÃO NA VILA DA COMUNIDADE NEGRA DO TORRÃO-MUPI EM CAMETÁ/PA*. Outros autores que abordam a teoria racialista são: Arthur de Gobineau, Houston Stewart Chamberlain e Madison Grant. Esses autores defendiam a ideia de que existiam raças superiores e inferiores,

com base em características físicas e culturais. No entanto, é importante ressaltar que essas teorias são consideradas ultrapassadas e não têm respaldo científico.

A educação de qualidade social, direito de todos e dever do Estado, passa pela democratização do acesso de garantia de permanência e aprendizagem na Escola Pública, independente da faixa etária, etnia, gênero, opção sexual ou condição social. Não podendo, dessa forma, reproduzir uma sociedade desigual, elitista, preconceituosa e racista.

Para Jesus (2014),

Sabe-se que o acesso ao saber propicia a libertação de um processo de dominação e de perpetuação das desigualdades em nossa sociedade. Por conta da inexistência, antes, de políticas educacionais que contribuíssem para a eliminação de desigualdades, há necessidade, hoje, de processos de reparação, reconhecimento e valorização na educação, a fim de serem eliminadas as desigualdades que foram geradas por erros do passado para promoção de uma vida digna (Jesus, 2014, p. 9).

Ressalto ainda que esta pesquisa viabilizou a percepção da distância que as discussões tão frequentes na academia têm da realidade da sala de aula, muitas vezes parece estar tão distante dos reais conceitos difundidos na educação, mas tão pouco esclarecidos para o seu público-alvo.

A situação da discriminação é tratada sem relevância ou equiparada a outros problemas sociais como pobreza, fome, injustiça, machismo. São frequentes, em âmbito nacional, comentários depreciativos sobre o mundo afro-brasileiro no que diz respeito à sua estética, seu comportamento e sua cultura.

Em face ao exposto, julgamos a pertinência e relevância desta pesquisa, sobretudo, por ter como foco empoderar as meninas e mulheres negras da rede de educação básica de Tucuruí a partir da história de vida da negra Felipa Aranha, que exemplifica a força e a luta constante por justiça social ante às mazelas impostas por uma sociedade patriarcal e racista que precisa tornar-se conhecida pela classe estudantil por toda carga ideológica que se carrega. Enfatizamos, ainda, a relevância desta pesquisa dada a necessidade de estudos sobre a construção da identidade negra a partir da história de vida de Felipa Aranha, tendo em vista a escassez de estudos como esse, pois ao usar as palavras-chave “Identidade Negra”, “Felipa Aranha”, “Empoderamento” na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) não houve retorno de resultados.

Retomando a questão de investigação *como a mulher negra pode se fazer empoderada por meio do legado de Felipa Aranha, do quilombo de Alcobaça, de modo que desenvolva conscientemente o sentimento de pertencimento à sua cultura?* para elucidá-la faz-se necessário

apresentar algumas questões orientadoras: Que características e perfis empoderadores podem ser identificados na trajetória de vida de Felipa Aranha? Quais ações de empoderamento da mulher negra podem ser desenvolvidas nas escolas da rede de educação básica de Tucuruí a partir do legado de Felipa Aranha?

A Pesquisa parte dos seguintes objetivos específicos: Promover a valorização da cultura afro-brasileira, em especial a cultura quilombola, por meio da educação e da rememoração da história de Felipa Aranha, contribuindo para o fortalecimento da identidade e autoestimas das mulheres negras; Incentivar a participação das mulheres negras na educação, seja como alunas, professoras ou gestoras, a fim de ampliar sua representatividade e voz nos espaços educacionais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária; e Estimular a reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mulheres negras na sociedade atual, bem como sobre as formas de superação desses desafios, por meio do diálogo e do compartilhamento de experiências entre as mulheres negras e a comunidade em geral.

Nesse sentido, este trabalho está organizado em capítulos. Sendo que traz como início essa introdução que objetiva apresentar o objeto de estudo, a questão principal que move esta pesquisa acompanhada das questões complementares, o objetivo geral e os específicos, bem como a pertinência e relevância deste estudo. O segundo capítulo discorre sobre os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa com destaque para a abordagem de investigação e as estratégias utilizadas para tornar este estudo viável.

O terceiro capítulo diz respeito ao referencial teórico que reflete sobre o empoderamento da mulher negra a partir da história de vida e luta de Felipa Aranha entendendo as lutas encampadas pela mulher negra como formas de resistência a todo regime de opressão, bem como a sua própria liberdade. Para isso, faz-se uma reflexão acerca do racismo e suas facetas enfatizando outras formas de opressão e como elas estão articuladas nesse processo de silenciamento e apagamento da cultura negra, o que contribui para a legitimação de estruturas opressoras que sustentam a desigualdade social, racial e de gênero no Brasil. O quarto capítulo foi construído a partir das experiências com a pesquisa, traz uma descrição dos eventos e fotos das atividades que ocorreram durante a execução da pesquisa, bem como as narrativas de professores e dos participantes.

A pesquisa sobre o empoderamento da mulher negra, tendo como exemplo o legado de Felipa Aranha do Quilombo de Alcobaça, é de extrema importância para a educação e a cultura. Primeiramente, é importante destacar que as mulheres negras são historicamente marginalizadas e sofrem com a desigualdade social e de gênero. Por isso, compreender as ferramentas que podem ser utilizadas para emponderá-las é fundamental.

Nesse sentido, a pesquisa aborda a educação e a cultura como ferramentas para preservar o legado de Felipa Aranha, uma líder quilombola que lutou pela liberdade e direitos dos negros no Brasil colonial. Ao estudar sua trajetória, é possível compreender como a educação e a cultura foram importantes para sua formação e atuação como líder comunitária. Além disso, a pesquisa contribui para valorizar a história e cultura afro-brasileira, muitas vezes não contada, deixada à margem, ou contada de forma deturpada nos currículos escolares e na sociedade em geral. Ao rememorarmos a história de Felipa Aranha e do Quilombo de Alcobaça, a pesquisa ajuda a preservar a memória de um importante capítulo da história brasileira e a valorizar a luta dos negros pela liberdade e igualdade.

Por fim, a pesquisa sobre o empoderamento da mulher negra contribui para a promoção da igualdade de gênero e raça, ao destacar a importância da educação e cultura na luta contra o racismo e o machismo. Dessa forma, é possível trabalhar para construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O foco deste estudo em desenvolvimento é analisar materiais bibliográficos e documentos que façam referência positiva das mulheres afro-brasileiras, em particular, sobre o legado de Felipa Aranha e sua contribuição para a construção da identidade negra no ambiente escolar com o objetivo de propor ações de empoderamento da mulher negra a serem desenvolvidas nas escolas da rede de educação básica de Tucuruí-PA. Os materiais usados foram livros, artigos e narrativas dos moradores do quilombo Alcobaça.

Esta pesquisa é qualitativa, pois o fenômeno investigado requer este tipo abordagem que apresenta características desse tipo de investigação, as quais ressaltam-se: o objeto em estudo não pode ser explicado quantitativamente, a realidade que se apresenta está inserida num contexto que é historicamente construído e determinado por questões ideológicas sobre a sociedade que particulariza o fenômeno em estudo, isto é, a imersão na realidade que é historicamente construída é uma das características fundamentais de uma pesquisa qualitativa.

Minayo (2001) afirma que a pesquisa qualitativa se ocupa “com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” que compreende “o espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” que não podem ser quantitativamente explicados (Minayo, 2001, p. 21). Dito isto, a pesquisa apresenta essa característica com bastante evidência, pois a realidade que se coloca no chão da escola é marcada pela diversidade étnica, religiosa, cultural e social. Nesse contexto, muitos dos/as alunos/as que frequentam a escola são ou já foram vítimas de preconceitos relacionados a raça, preconceitos estes que estão imbuídos para diminuir a sua força mediante as disputas de poder no território que acontecem dentro do ambiente escolar.

Essa realidade sustenta a necessidade do objeto de estudo, uma vez que se propõe, com base na realidade observada, a promover ações de empoderamento da mulher negra para mitigar os preconceitos de raça sofridos. Atendendo aos pressupostos de uma pesquisa qualitativa, vê-se que a presença do pesquisador é essencial para a coleta e análise de dados em níveis de detalhamento atinente a esse processo. Esses elementos também caracterizam uma investigação qualitativa, tal como assinaladas por Creswell (2014).

Ressalta-se também que este estudo é do tipo Pesquisa-Ação, pois objetiva modificar a realidade por meio de ações que envolvam a disseminação de conhecimentos sobre Felipa Aranha para empoderar a mulher negra no ambiente escolar e, assim, os preconceitos de raça

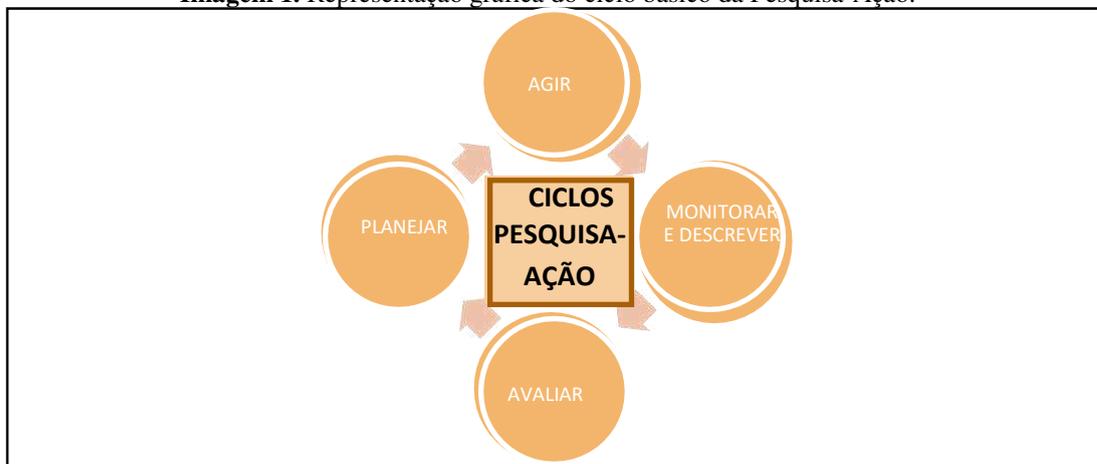
e gênero nas escolas do município de Tucuruí possam ser mitigados. Para Severino (2013), esse tipo de pesquisa visa não só compreender a realidade investigada como também intervir nela a fim de transformá-la. Em suas palavras:

O conhecimento visado articula-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada. Assim, ao mesmo tempo que realiza um diagnóstico e a análise de uma determinada situação, a pesquisa-ação propõe ao conjunto de sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas (Severino, 2013, p. 104-105).

Thiollent (1987) corrobora com Severino (2013) quando afirma que a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social cujo objetivo é provocar transformações em contextos específicos de modo a alterar a prática observada nesses contextos.

Pelos motivos expostos e concordando com Severino (2013) e Thiollent (1987, 2011) é que se optou por fazer uma Pesquisa-Ação. De acordo com Tripp (2005), a pesquisa-ação perpassa os seguintes ciclos: planejar, implementar, descrever e avaliar a mudança adotada a fim de melhorar a prática. Observa-se, dessa forma, que se almeja uma transformação efetiva do ambiente investigado. A imagem 1 abaixo exemplifica esse processo:

**Imagem 1.** Representação gráfica do ciclo básico da Pesquisa-Ação.



**Fonte:** Elaborada pelo autor com adaptações a partir da ilustração de TRIPP, D. (2005). Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica (p. 446). **Educação e Pesquisa**, v. 31, n.3, p. 443-466.

O ciclo básico da Pesquisa-Ação, conforme a Imagem 1, compreende a ação do sujeito-pesquisador no ambiente investigado de forma a implementar melhorias para sanar ou mitigar os problemas identificados; na sequência deve-se fazer um monitoramento e descrição detalhada sobre os efeitos da ação implementada para verificar a efetividade de tal ação; em seguida avaliam-se os resultados da ação para, por fim, planejar a melhoria da prática. O que se almeja com esse tipo de investigação é a melhoria da prática a partir do desenvolvimento do conhecimento e, por consequência, a transformação dos sujeitos participantes da pesquisa, isto

é, pesquisador e demais sujeitos envolvidos no processo, parapromover mudança na sociedade.

Thiollent (2011) explicita alguns pontos essenciais para o desenvolvimento de uma pesquisa-ação, são eles: a interação entre as pessoas envolvidas deve ser ampla e explícita; a ação concreta sobre a realidade observada deve resultar dessa interação com a definição clara dos problemas e as soluções, seguindo uma ordem de prioridade definida pelos envolvidos; o objeto de investigação é constituído pela situação social com seus respectivos problemas identificados na situação; a pesquisa-ação objetiva resolver ou, ao menos, elucidar os problemas observados na situação que conduziu à investigação; a pesquisa-ação se preocupa com o processo, por isso, durante sua realização deve ocorrer o acompanhamento das decisões, das ações e de tudo o que for implementado/decidido pelos sujeitos da situação; o objetivo precípua desse tipo de investigação é promover a mudança por meio do conhecimento, somente assim poderá aumentar o nível de conscientização dos sujeitos e grupos considerados durante o processo de realização da pesquisa (Thiollent, 2011).

O planejamento prévio da metodologia da Pesquisa-Ação consiste em algumas etapas essenciais para a condução do estudo, todavia, ressalta-se que não há rigidez nesse processo. Eis as etapas: fase exploratória, tema da pesquisa, hipóteses, seminário, coleta de dados, plano de ação, divulgação externa (Thiollent, 2011). A pesquisa seguiu a seguinte ordem de execução.

**Exploratória:** Nessa etapa foi feita a identificação do campo de pesquisa, dos sujeitos que participaram do processo de investigação, da situação que necessita de intervenção, dos problemas e possíveis soluções para se definir quais ações poderão ser efetivadas. Corresponde, portanto, ao diagnóstico da situação.

Inicialmente o lócus da pesquisa foi a EMEF Manoel Carlos. Essa escola foi escolhida por ficar num bairro periférico da cidade, a mesma atende os dois seguimentos do Ensino Fundamental, isto é: Séries Iniciais e Séries Finais. De início foi realizada uma conversa prévia para apresentar e explicar o projeto de pesquisa aos agentes envolvidos: pais de alunos, alunos, professores, funcionários, direção, orientação e supervisão escolar. O fato de ter trabalhado na secretaria de Educação me possibilitou estar presente em todas as escolas. Apresentando slides, debatendo a Lei 10.639/03, fortalecendo a cultura e a História afro-brasileira. Também estive presente nas comunidades quilombolas de Jutaí, Crioulas, Perdeneiras, Umarizal, Novo Alcobaca, entrevistando os moradores mais antigos buscando através da oralidade conhecimentos sobre a Felipa Aranha.

**Tema de pesquisa:** Esta etapa compreendeu a delimitação do problema que orientou o processo de intervenção. Essa definição aconteceu de forma dialogada com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Outro fato que não deve deixar de se levar em consideração nesse

processo é: o lugar que a teoria ocupou para análise da problemática.

A temática de pesquisa foi apresentada à comunidade escolar, enfatizando que se trata de um estudo que tem como tema o legado de Felipa Aranha e sua contribuição para a construção da identidade negra no ambiente escolar, cujo objetivo é desenvolver ações que contribuam para o empoderamento da mulher negra.

Nas comunidades quilombolas visitadas o retorno foi efetivado com inúmeras palestras (seminários, formações) tanto para a diretoria da comunidade, quanto aos professores, aos alunos, quanto para estudantes que pretendem fazer o vestibular quilombola, bem como o ENEM, objetivando elevar o nível de escolaridade e o empoderamento dos moradores da comunidade. Na escola EMEF Manoel Carlos foi feita doação de 6 livros de ficção intitulado “Felipa Aranha: A Guerreira da Amazônia”, de minha autoria. Além disso, realizou reunião com professores e toda a equipe técnica que acompanhou o desenvolvimento da atividade de intervenção na escola.

**Hipóteses:** Nesta etapa, a formulação de hipóteses não seguiu a rigidez presente nos métodos tradicionais, contudo, serviu para orientar na busca de possíveis soluções ao problema identificado na pesquisa.

**Seminário:** Esta etapa foi definida de acordo com as bases teóricas assinaladas por Thiollent (2011), da seguinte forma: Os seminários foram construídos por grupos de trabalho que ajudaram a conduzir o processo de investigação e tomar as decisões necessárias e definir as diretrizes das ações que foram desenvolvidas e acompanhadas. Além disso, as informações geradas nessa etapa foram processadas e analisadas e produzido um material que é de natureza teórica e empírica, e divulgação dos resultados.

**Coleta de dados:** Ainda nas bases teóricas do que preconiza Thiollent (2011), esta etapa foi realizada pelos grupos constituídos e sob o controle do seminário. As técnicas de coleta de dados empregadas para a condução dessa etapa foram entrevistas coletiva e individual, questionários e técnicas antropológicas como a observação participante, diário de campo, histórias de vida, etc.

Atitudes concretas observadas: As meninas que saíram do quilombo de Jutá Breu Branco Pará avançaram em conhecimento e conquistaram um espaço, tanto em educação como na cultura, sendo: Agentes Culturais, liderando Grupos de Boi Bumbá como é o caso do Boi Pai Felipe, para a Cia de Dança Kizomba; Ganhando Editais da Lei Aldir Blanc; levando carimbó, samba de cacete, oficinas de atabaques, para a comunidade de onde saíram, para clube de mães, CRAS, Universidades; ganhando títulos de misses no Festival junino de Tucuruí PA. Ingresso de muitas mulheres negras, tanto no IFPA quanto na UFPA. A matriarca da família,

sobrinhos e filhos participam destas apresentações, e ensina a seus filhos o valor da educação para a transformação da vida.

**Plano de ação:** Esta etapa foi baseada na elaboração do plano de ação em acordo com as possíveis soluções para a problemática encontrada compreendendo: os sujeitos ou as unidades de intervenção, os objetivos da ação e critérios de avaliação, como agir em caso de possíveis dificuldades, como garantir a participação dos sujeitos e incorporar as sugestões dos mesmos, como fazer o controle e a avaliação do processo (Thiollent, 2011). Intensificar ações nas escolas de educação básica, congressos, seminários, palestras mostrando que o lugar da mulher é onde ela quiser, inclusive nos bancos das universidades; buscar parcerias para aumentar este alcance, intensificar a presença de bacharelandas negras das universidades e escolas, com seus cabelos crespos naturais. A menina preta que vê uma outra preta se sente representada e impulsionada a querer participar daquele universo.

**Divulgação externa:** Esta etapa compreendeu compartilhar os resultados das ações desenvolvidas aos sujeitos da pesquisa, bem como aos setores interessados. Estas ações são mais percebidas na cultura, que permitirão trazer um pouco mais de Humanidades para a população negra avançar em diversidade, direitos humanos e no combate ao racismo. No meio cultural ocorre o fortalecimento, pois as meninas negras não precisam mais ser apenas Miss mulata, podendo ser miss caipira, miss simpatia, rainha do folclore, etc. Podem cursar engenharia, direito, o que elas quiserem; podem andar de cabeça erguida e não aceitar racismo.

Após a realização das etapas assinaladas, partimos para a Análise de Conteúdo compreendendo a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação por inferências. Bardin (2016) aponta que essas etapas correspondem à organização do material envolvendo técnicas de leitura, dados de coleta a serem analisados de acordo com as questões de investigação e objetivos da pesquisa; à exploração do material, momento no qual as categorias de análise vão surgir e, posterior, o tratamento dos resultados a partir da interpretação e inferência, respectivamente.

Em vista disso, ressaltamos que a presente pesquisa se desenvolveu em quatro etapas relacionadas ao **levantamento bibliográfico** para a construção do referencial teórico que fundamentou o capítulo de análise e, também, para identificação de trabalhos relativos ao objeto de estudo. Essa fase embasou as discussões teóricas essenciais para o desenvolvimento desta investigação, bem como aprofundou nosso conhecimento acerca das temáticas abordadas no estudo, contribuindo para um olhar mais criterioso e crítico sobre as questões étnico-raciais e das desigualdades que estão presentes em nossa sociedade e afetam a vida de muitas pessoas negras, em particular, das mulheres negras.

Temos de igual modo a **exploratória**, que consistiu nas visitas ao lócus de intervenção para conhecer o espaço e os sujeitos que atuaram nesse processo de investigação qualitativa, através da observação-participante sobre a vivência, observação do cotidiano, modos de vida, formas de linguagem e outras expressões para que fosse possível processar as descrições e análise dos dados obtidos na pesquisa.

A etapa da **pesquisa-ação**, que consistiu em executar os passos assinalados por Thiollent (2011) no que concerne aos procedimentos necessários para a realização de uma pesquisa dessa natureza. Assim, realizamos as visitas, aplicamos os seminários e oficinas, coletamos os dados para posterior análise, avaliamos e divulgamos os resultados obtidos.

E, por fim, a **etapa de análise**, por meio da qual efetuamos as análises dos relatos e documentos embasados na técnica Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Nesse processo, comparamos os recortes dos relatos com a teoria que fundamentou as discussões propostas e buscamos desvelar os significados implícitos e explícitos acerca do objeto em estudo.

### **3. A CONTRIBUIÇÃO DE FELIPA ARANHA PARA A DISCUSSÃO SOBRE RACISMO, IDENTIDADE E EMPODERAMENTO DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO E NA CULTURA NAS ESCOLAS EM TUCURUÍ/PA**

Nos últimos anos, tem se intensificado o debate sobre a importância da representatividade e do reconhecimento das diferentes identidades na sociedade brasileira. Nesse contexto, a figura de Felipa Aranha se destaca como uma importante voz na luta contra o racismo e a favor do empoderamento da mulher negra na educação e na cultura.

Em Tucuruí/PA, bem como em toda a região Tocantina, a história de vida e luta de Felipa Aranha vem promovendo ações e discussões que buscam valorizar a história e a cultura afro-brasileira, além de combater o preconceito e a discriminação racial. Seu legado imaterial, tem sido fundamental para sensibilizar a população, a comunidade e as comunidades quilombolas da região sobre a importância da diversidade étnica e cultural.

Neste capítulo, vamos analisar a trajetória de Felipa Aranha e sua contribuição para a discussão sobre racismo, identidade e empoderamento da mulher negra na educação e na cultura nas escolas em Tucuruí/PA. A partir de entrevistas, documentos e outras fontes, buscamos compreender as estratégias utilizadas por essa importante liderança para promover mudanças significativas na comunidade escolar do quilombo Alcobaça.

### **3. 1. Reflexões históricas de Felipa Aranha**

Este capítulo foi construído a partir de análise das literaturas existentes acerca da história de vida de Felipa Aranha. Essa mulher negra que fora escravizada, resistiu ao processo escravista fugindo e constituindo redutos de fugidos, os quilombos, onde abrigavam negros e negras que escapavam do cativeiro e ocupavam as lideranças dessas comunidades, cujos moradores, sob seus respectivos mandos, fiscalizavam e mantinham a proteção dos redutos de negros fugidos que se formavam nas margens do Rio Tocantins e se distribuíram pela região conhecida atualmente como região do Baixo Tocantins<sup>1</sup> (Pereira, 2019).

Na História do Brasil existe um grande número de valorosas mulheres negras que foram escravizadas, fugiram do cativeiro e construíram quilombos que se tornaram verdadeiras fortalezas na busca pela libertação de nosso povo.

---

<sup>1</sup> Compreendemos por Baixo Tocantins as cidades ribeirinhas, vilas, colônias agrícolas, terras indígenas e quilombolas, reservas e portos, fazendas e indústrias etc., entre Cametá e Tucuruí no Estado do Pará. As comunidades ribeirinhas são localizadas em ilhas, várzeas e barrancos de rios em todos os municípios da Amazônia Tocantina paraense no baixo curso do rio Tocantins.

Heroínas estas que puderam combater a escravidão a exemplo de Felipa Aranha que “assumiu a liderança do quilombo do Mola ou Itapocu, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itapocu, um braço do Rio Tocantins” (Pinto, 2005, p. 2) e, sua sucessora, Maria do Piriá.

É urgente repensar o significado da ação das professoras/res em sala de aula, entendendo que qualquer prática docente tem como meta a revelação da concepção de educação, sujeito e sociedade, conhecedores de seu papel de ensinar criticamente, no sentido de combater a alienação resgatando as bandeiras de luta do movimento da pessoa humana, independente de etnia, religião, classe social ou orientação sexual. O/o negro/a já tem construído este país, e por sua contribuição econômica, social, étnica e cultural merece ser respeitado. A inclusão de conteúdo em todas as disciplinas da história da/o negra/o e de seus afrodescendentes ao currículo de ensino tem um papel fundamental para diminuir a dívida social e combater o racismo tão presente e ensinado em nossa sociedade.

Com base nisso, é que tivemos um avanço para o trato dessas questões a partir da implementação da Lei nº. 10.639/2003, uma vez que a referida lei obriga que essas discussões estejam inseridas na escola, a exemplo do que enfatiza Jesus (2014):

Como se sabe a implementação da Lei nº 10.639/03 contribui para discutir as atitudes advindas do racismo e suas manifestações: o preconceito racial e a discriminação racial, bem como sobre a dominação cultural imposta através de valores eurocêntricos na educação para que crianças e adolescentes negros e negras sejam educados de maneira a construir uma auto imagem e um autoconceito positivo de si mesmo para o bom desenvolvimento de sua personalidade, fundada nos valores culturais que contribuem para combater o preconceito racial e a discriminação racial existentes em nossa sociedade (Jesus, 2014, p. 5).

Todavia, temos ciência de que é necessário um esforço e lutas coletivas para que ocorra a implementação dessa lei nos espaços escolares, tal como deve ser, para que de fato os preconceitos e discriminações de raça possam ser debatidos e mitigados nos espaços sociais e escolares e que a comunidade negra possa ter seus direitos respeitados e garantidos, pois além da escravidão física, isto é, utilização de mão de obra nas fábricas, nas usinas, nas carvoeiras, no campo, há outras formas de escravidão ideológica, no frequente e as autoridades não dão conta de eliminar.

Na escola o preconceito pode estar implícito em festas, piadas, conversas, atitudes e materiais pedagógicos como cartazes, livros e revistas, os quais geralmente trazem os negros em situações familiares ou profissionais negativas, isto é, o destaque é sempre dado ao branco.

Nesse espaço o descaso é frequente e reforçado, por diversas vezes, pelos próprios educadores. Sendo assim, ao analisar este ambiente, no que se refere ao preconceito racial, devemos refletir em como os alunos e os educadores lidam com as diferenças raciais, na escola

e quais reflexos estes comportamentos podem trazer para a formação dos alunos negros. Nesse contexto surge a pergunta: onde encontrar materiais que façam uma referênciapositiva das mulheres afro-brasileiras que sirva de modelo à nossa juventude atual? Para responder a essa pergunta elaboramos este material, pois: “(...) clamamos pela cidadania quando exigimos educação saúde de qualidade, quando lutamos por aposentadorias dignas. Por creches, por moradia, saneamento básico e assim por diante” (Oliveira; Almeida; Fonseca, 2012, p. 142).

De acordo com os estudos de Pinto (2010, 2005), o quilombo do Mola foi formado na segunda metade do século XVIII, sendo constituído por mais de 300 negros e negras soba responsabilidade de Felipa Aranha, que deixou um “legado de luta, improvisações e liderança para suas descendentes na Região do Baixo Tocantins” (Pinto, 2010, p. 580). Nessaregião existe mais de 20 comunidades quilombolas como Araquembaua, Umarizal, Rua do Fogo, Ilha das Crioulas, Jutaí; segundo os moradores essas comunidades foram fruto da ação de Felipa Aranha, protetora e gestora dessas comunidades.

Nas microrregiões de Cametá ou região do Tocantins, no Pará, emergem evidências de que a mulher negra desempenhou com a força, coragem e desenvoltura o destino de quilombolas. Assumindo, entre outras tarefas, a própria chefia de quilombos e posteriormente de suas comunidades remanescentes, assim como ocorreu com a negra Felipa Maria Aranha (Pinto, 2004, p. 20).

O Baixo Tocantins é uma área que abrange 16 cidades. Essas cidades são: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Ourém, Santa Bárbara do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tailândia e Tomé-Açu.

De acordo com o relatório da comissão pró-índio de 2017, que identificou os quilombos mais numerosos da área do baixo Tocantins, existem 12territórios quilombolas reconhecidos oficialmente, conforme a tabela abaixo, que mostra os nomes dos territórios, as comunidades que os integram, a quantidade de famílias, a extensãoem (ha), o município ao qual pertencem e a data de reconhecimento. Essas informações são importantes para que tenhamos a dimensão da quantidade de territórios quilombolas existentes em nossa região.

**Tabela 1:** Terras de quilombo tituladas na Região do Baixo Tocantins

Terra Quilombola	Comunidades	Famílias	Dimensão (ha)	Município	Órgão Expedidor	Data da Titulação
------------------	-------------	----------	---------------	-----------	-----------------	-------------------

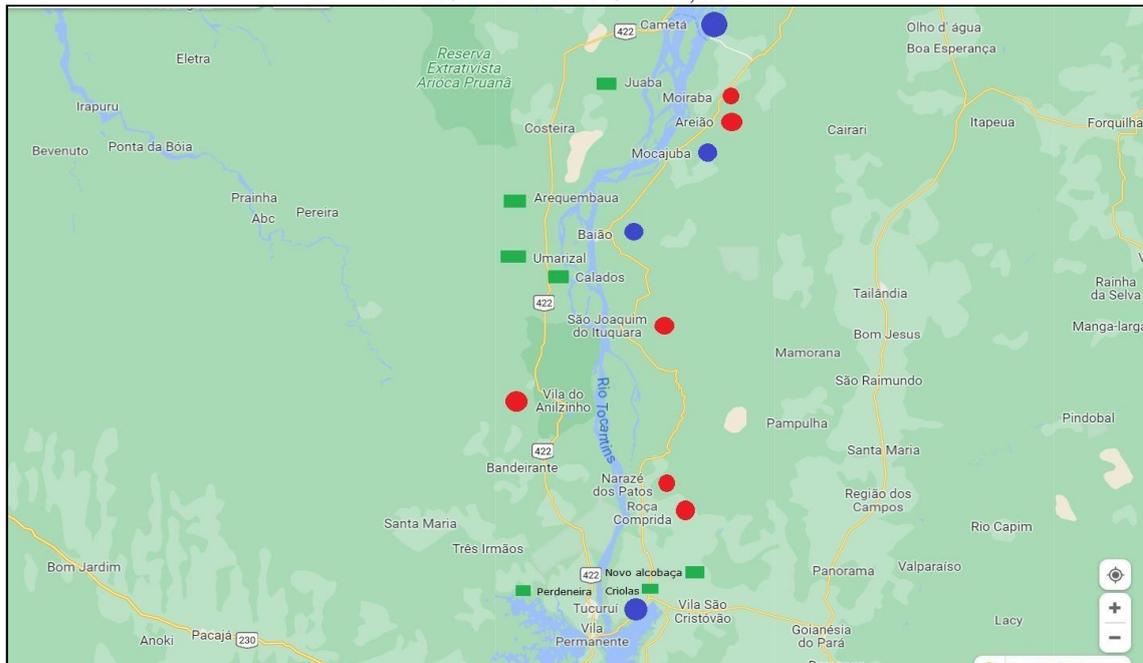
<b>Bailique</b>	Bailique Beira, Bailique Centro, Poção, São Bernardo	112	7.297,6910	Oeiras do Pará/ Baião	ITERPA	2002
<b>Bom Remédio</b>	Bom Remédio	116	588,1670	Abaetetuba a	ITERPA	2002
<b>Igarapé Preto</b>	Araquenbaua, Baixinha, Campelo, Carará, Costeiro, Cupu, França, Igarapé Preto, Igarapezinho, Panpelônia, Teófilo, Varzinha	565	17.357,0206	Baião/ Oeiras do Pará/ Mocajuba	ITERPA	2002
<b>Ilhas de Abaetetuba</b>	Acaraqui, Alto Itacuruça, Arapapu, Arapapuzinho, Baixo Itacuruça, Jenipaúba, Médio Itacuruça, Rio Tauaré-açu	701	9.076,1909	Abaetetuba a	ITERPA	2002
<b>Matias</b>	Matias	45	1.424,6701	Cametá	ITERPA	2008
<b>Moju-Miri</b>	Moju-Miri	28	878,6388	Moju/ Abaetetuba a	ITERPA	2008
<b>Porto Alegre</b>	Porto Alegre	54	2.858,7114	Cametá	ITERPA	2007
<b>Ramal do Piratuba</b>	Ramal do Piratuba	176	959,8167	Abaetetuba a	ITERPA	2010
<b>Samaúma</b>	Samaúma	12	213,0550	Abaetetub a	ITERPA	2008
<b>Santa Fé/ Santo Antônio</b>	Santa Fé/ Santo Antônio (concórdia do Pará)	28	830,8776	Baião	ITERPA	2002
<b>São José do Icatú</b>	Icatú	80	1.636,6122	Mocajuba/ Baião	ITERPA	2002
<b>Terra da Liberdade</b>	Bonfim, Frade, Itabatinga (Cametá - PA), Itapocu (PA), Mola, Taxizal, Tomázia	189	11.953,4934	Cametá	ITERPA	2013

Fonte: Comissão Pró-Índio, (2017).

Como podemos ver na tabela acima, que nomeia as 12 comunidades quilombolas mais povoadas e reconhecidas do baixo Tocantins, o que nos remete que essas comunidades são antigas e que possivelmente tiveram influências de Felipa Aranha e de outras mulheres,

infelizmente não encontramos documentos ou registros das terras quilombolas exatas onde Felipa Aranha tenha vivido, visitado, dentre outros, mas podemos levantar a indagação de sua visibilidade nessas comunidades. No mapa a seguir podemos observar os quilombos que estão no entorno da Alcobaça.

**Imagem 2:** Mapa dos quilombos do entorno de Alcobaça e outros às margens do rio Tocantins entre as cidades de Tucuruí e Cametá, no Pará



**Fonte:** Mapa recortado do google Maps, 2023. **Legenda:** Os círculos em azul são as Cidades da região, os círculos em vermelho são as vilas Grande que não se reconhecem como comunidade quilombola e os quadrados verdes são as comunidades quilombolas.

Pinto (2010) afirma ainda que tanto Felipa Maria Aranha quanto Maria Luiza do Piriá marcam a história de resistência da mulher negra no quilombo do Mola ao organizarem e liderarem a Dança do Bambaê do Rosário<sup>2</sup>, além da administração da própria vida dos quilombolas que ali viveram.

A povoação de Juaba (Município de Cametá) já era conhecida no século XVIII e foi localizada quando as autoridades coloniais tentaram construir, na região de Alcobaça, um Fortim. Contavam então com mais de 300 indivíduos e era dirigido por uma mulher: Felipa Maria Aranha (Salles, 1988, p. 264).

A história de luta e vida de Felipa Aranha apresenta muitas controvérsias e muitos desencontros, mas o que foi lido e estudado sobre suas façanhas, encontram-se nos textos da professora doutora Benedita Celeste Pinto, sendo eles: *Mulheres Negras Rurais: Resistência*

<sup>2</sup> Prática cultural composta por ritual de coroação, acompanhamento e descoroação do rei e da rainha em louvação a Nossa Senhora do Rosário, na Vila de Juaba/Cametá (Pinto, 2010, p. 58-59).

*e luta por Sobrevivência na Região do Tocantins (PA) (2016) e História, memória e poder feminino em povoados amazônicos (2017) e no livro de Flávio Gomes intitulado: No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós- emancipação na Amazônia (2006). Essas literaturas nos conta que os escravizados no Pará foram requisitados para trabalhar na agricultura de subsistência e depois no apogeu das drogas do sertão. Para os nativos cabia a tarefa de pesca, caça, coleta das drogas do sertão e a penetração para o interior da Amazônia; ao negro restava o trabalho pesado, como carregar os barcos com produtos que seriam importados para a capital e em seguida exportados.*

Durante muito tempo os escravizados que aqui chegavam ficaram assim distribuídos: um lote maior ficava em Belém e seus arredores; a vila de Cametá ficava como segundo maior grupo; o terceiro maior lote de pessoas escravizadas ficava na vila de Igarapé-Miri e o quarto reduto de cativos ficava na vila de Turiaçú.

A entrada dos negros na província do Grão-Pará era facilitada pela via clandestinae isenção dos impostos; quanto à saída, era proibida a exportação, assim aos negros entrados no Pará que desejassem sair daqui só restava a fuga. A respeito das fugas Pinto (2001) afirma que:

[...] estudos da historiografia paraense têm encontrado indícios da formação de vários Quilombos na Região do Tocantins. Alguns foram destruídos, outros jamais foram descobertos. Os Quilombolas quando ameaçados tanto pela reescravidão, como pela sobrevivência, adentravam matas e, rios e igarapés no interior da floresta, reproduziam novos mocambos (Pinto, 2001, p. 337).

Esses quilombos teriam sido localizados quando as autoridades coloniais tentavam construir um fortim na região de Alcobaça, atual sede do município de Tucuruí. Raimundo Morais, além de fazer referência, a posição vantajosa deste mocambo, também ressalta o mando e aglomeração dos negros em torno da “destemida mulher negra que a história guarda com simpatia sob o nome de Felipa Maria Aranha”. Nas falas multifacetadas de velhas e velhos, a imagem dessa mulher ganha feições (Pinto, 2010, p. 58).

Na imagem a seguir podemos ver a localização do Quilombo de Alcobaça.



de 1782, no governo de José Nápoles Teles de Menezes, a vila de Alcobaça com a fundação do “Forte de Faxina” (feito de taipa). O forte era chamado de Nossa Senhora de Nazaré, com dupla finalidade: fiscal e militar. O objetivo era evitar a fuga de pessoas escravizadas da cidade de Cameté para os garimpos de terras mineiras e o contrabando de ouro dos garimpos de Cuiabá e Goiás, essas informações foram tiradas do documentário *Quilombolas da Amazônia: Vida e Luta* (2022).

Os dados que seguem não são de fontes oficiais, mas segundo o que é contado sobre a questão do Major João Vasco Manoel Brawun, nossos entrevistados nos relatam que quando o Major veio instalar o registro de Alcobaça encontrou o mocambo de Alcobaça, composto de negros e negras sob a liderança da destemida guerreira negra Felipa Maria Aranha. A Felipa Aranha ao assumir e liderar os amocambados quebrava no mínimo dois tabus, primeiro por ser mulher no comando nos tempos do colonialismo, e segundo por ser negra. Em uma sociedade permeada por estereótipos e padrões, ser mulher e, principalmente negra, constitui-se em si um exercício de luta e resistência.

Felipa Maria Aranha deixou um legado de luta, improvisações e liderança para suas descendentes na região do Tocantins. Outra mulher, a negra Maria Luisa do Piriá ou Piriá, registrou sua passagem no quilombo do Mola organizando e liderando a dança do Bamboê do Rosário e na administração da própria vida dos quilombolas que ali viveram (Pinto, 2004, p. 21).

É por esse contexto que se entende a importância de Felipa Aranha para a construção de uma identidade negra positiva, pois ela rompeu muitos padrões para a sociedade de sua época, a qual era dominada por homens e brancos, tendo em vista que ser mulher e negra lutando contra a opressão do povo negro numa sociedade escravagista tem uma simbologia ímpar, uma vez que representa o grito dos excluídos por justiça social e a chama viva da resistência negra contra todo tipo de opressão.

Segundo o pesquisador José Lucas (2023)<sup>4</sup>, Felipa Maria Aranha foi uma líder quilombola que atuou na região do baixo rio Tocantins, no Pará. Ela foi a principal responsável pela organização do quilombo do Mola e da Confederação do Itapocu. Além disso, sua corajosa resistência às incursões dos senhores de pessoas escravizadas e das tropas portuguesas é lembrada pelos remanescentes quilombolas e pela comunidade negra brasileira.

---

<sup>4</sup> Matéria escrita pelo pesquisador José Lucas para a folha do Pirajucara. Disponível em: <<https://www.folhadopirajucara.com.br/index.php/2023/07/10/felipa-maria-aranha-a-guerreira-da-liberdade/>> Acesso em 18 de jul. de 2023.

Para o pesquisador, Felipa Maria Aranha, possivelmente nascida na Costa da Mina entre 1720 e 1730, foi capturada quando ainda era jovem e vendida como escrava na praça de Santa Maria de Belém do Grão Pará por volta de 1740. Ela foi enviada para trabalhar em uma fazenda escravagista de plantação de cana-de-açúcar em Cametá. Embora não se saiba como, Felipa conseguiu escapar e juntou-se a centenas de outros negros para formar o Mola, um dos maiores e mais bem estruturados quilombos do Brasil, localizado nas cabeceiras doigarapé Itapocu, no território de Cametá.

Para José Lucas (2023):

O quilombo por ela liderado ostentava um alto grau de organização política, social e militar, sendo um dos maiores modelos de resistência à escravidão que a historiografia já encontrou. Sua liderança militar conseguiu expulsar as forças portuguesas e as várias incursões de capitães do mato. Detinha também grande capacidade política, pois conseguiu estruturar uma entidade composta por cinco quilombos, a Confederação do Itapocu, que empreendeu severas derrotas às forças escravagistas. Formado inicialmente por 300 negros adultos, contava com um elevado nível de organização para a época, tendo para tal um código civil, uma força policial e um sistema de representação direta. Até o início do século XIX formou, com os quilombos adjacentes — Laguinho, Tomásia, Boa Esperança e Porto Alegre —, uma entidade político-militar denominada Confederação do Itapocu (José Lucas, 2023, s.p.).

Segundo Barbosa (2018), D. Felipa Maria era uma mulher negra, forte e decidida. Não estava para ser pressionada para fazer o que não queria se ela tinha que se deslocar para uma outra localidade teria que ser por livre e espontânea vontade.

Em seu ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador Tello de Menezes fala que persuadiu voluntariamente a “principalla Dona Maria Felipa Aranha” a ir se estabelecer em uma nova localidade com “as mais de trezentas almas de ambos os sexos” que a acompanhavam. Para tanto, o governador cedeu o transporte para todos, as ferramentas para a construção das casas e abertura de roças dando princípio a uma agricultura, bem como mantimentos, plantas e semente (Barbosa, 2018 p. 118).

As pessoas da diáspora africana estão ligadas por uma variedade de motivos, seja de fuga individual ou coletiva, seja pelos hábitos e costumes, seja pela religiosidade que é crucial para a textura dos cenários moldados pelo deslocamento da população. Os fluxos migratórios ganharam novos significados para a estratégia ocupacional de colonização das colônias amazônicas, especialmente durante o governo pombalino, quando foi implantado o Inventário Indígena que desmantelou as estruturas de controle sobre essa força de trabalho. Grão-Pará, mais precisamente a população escravizada do Baixo Tocantins, é amplamente retratado ao longo do século XVIII em *O Negro no Pará* de 2005 de Vicente Salles, esses seres humanos praticavam uma forma de rebeldia para aqueles que buscavam refúgio na floresta, era um

processo tradicional de busca pela liberdade, e com o tempo aprenderam a se estruturar para se organizar.

A baixa densidade populacional às margens do rio Tocantins, somada às vastas matas e às muitas cavernas, riachos e rios que o estado não pode fiscalizar, cria uma fronteira aberta que forma o Tocantins. O rio foi um corredor propício para desertores e outros fugitivos em busca de um novo começo. Sobre essa questão, Gomes (2015, p. 17) aponta que “a expectativa inicial oculta aliada à ideia de se estabelecer em uma possibilidade protegida de desenvolver o comércio com os navios que circulam pelo rio Tocantins”.

**Imagem 4:** Trecho da carta que Felipa Aranha escreveu ao governador Telles de Menezes

peço a VExcia juntamte, que me mande prover de mantimentos de farinhas q está a gente quase sem ella, e procurando meioz de alcançar o melhor commodo de a conduzir, me informarão que Manoel Lopez Torrez, morador no do Rio Se intitula farinheiro da Fazenda Real, mandando eu procurar-lhe me diz ter feito hua pouca esperando somte q VExcia lhe faça determinação della com ordem por escripta, além deste João Barroso, morador no mezmo Rio q Se acha com rossaz sufficientez, outrossim [...] José tao bem Manoel da Silva de Carvo e Mel Moreira de Morais e D Maria de Medeiros, Manoel Gomez de Carvo.

Tao bem preciso VExcia fizesse avizo aos ditos nomeados me assitao com alguaz manibaz pa plantaçoenz de rossaz. Tao bem preciso faça avizo ao mor Manuel Andre Ribeiro, ao Luiz da Cunha Sargto Auxiliar me assistao com as suas canoaz

**Fonte:** APEP- CDG nº 353, documento nº 66, correspondência datada de 9 de outubro de 1780 escrita por Dona Maria Felipa Aranha ao governador Jose de Nápoles Tello de Menezes. (Barbosa, 2018, p. 118).

As informações em registros e acadêmicas sobre Felipa Aranha ainda são raras, e isso podemos atribuir ao fato de que, segundo Pepetela (1992), a história oficial foi escrita pelas mãos dos que se consideraram vencedores. Assim, histórias como a de D. Maria Felipa Aranha foi perpetuada com base nas narrativas orais. Até mesmos imagens de Felipa Aranha são poucas na internet; a seguir vejamos algumas que foram publicadas.

**Imagem 5:** Felipa Maria Aranha



**Fonte:** on twitter Federal.

**Imagem 6:** Dona Felipa Maria Aranha



**Fonte:** Rubens Pinheiro (2023). Designer gráfico e Fotógrafo. Diretor de arte do Campus IFPA/ Belém.

Como podemos observar nas imagens 5 e 6, os traços e características que encontramos são as mesmas, algumas fotos acreditamos ser por meio de computação gráfica, invertem os lados de seu rosto, mas é quase sempre a mesma caricatura, isto é, mulher negra, com lenço na cabeça, o ar imponente e quase sempre sem muita cor. Na imagem a seguir temos uma das representações mais interessantes que vimos de Felipa Aranha.

**Imagem 7:** Felipa Maria Aranha retratada pelo Google art e imagens



**Fonte:** Pannela Castro (2020).

A imagem 7 nos mostra uma mulher de cara fechada, forte e destemida, no entanto, o que mais chama a atenção nessa foto são os traços em vermelho, o que nos remete a sangue. A foto está riscada com traços na cor preta que nos remete a corte; que pode ser intencional, para demonstrar e retratar a imagem de uma mulher que teve sua trajetória marcada por lutas, sendo elas ideológicas e físicas.

### **3. 2. Negra Felipa: o diamante negro polido às margens do Rio Tocantins**

O tema da negritude nos espaços de debate deve ser problematizado de modo a superar a visão fragmentada que, em geral, relembra a história do negro apenas pela escravidão ou numa situação de subalternidade ou mesmo na condição de escravizado. Desse modo, concordamos com Amaral (2015) quando afirma que:

Havia desde o princípio a manipulação de certo capital cultural diante de uma luta que não era apenas física, mas também simbólica. Diante de todo o processo de exploração, a comunidade negra reagiu de diferentes formas, seja através de boicotes, de mortes de feitores e de senhores, ou através de roubos, suicídios, sabotagem, fugas, e da bastante conhecida formação de quilombos, grifada como rebeldia em nossa história; todas recebidas com reação e castigo, e objetivavam intimidar os revoltosos (Amaral, 2015, p. 85).

Nessas terras, foi possível observar a energia da mulher negra em sua luta cotidiana contra o poder da opressão, a resistência, a religiosidade, dando ao destino novos horizontes,

trilhando caminhos para formação de uma identidade brasileira. A força do povo preto impulsionou uma majestosa luta que hoje vemos ser representada através de mulheres corajosas, que por meio da cultura, suas histórias têm chegado até nossos dias. Assim, temos alguns exemplos de como a história de Felipa Aranha tem chegado à população por meio de representação da cultura da cidade de Tucuruí-Pará, como neste trecho da música do carnaval de 2022:

Ogum iê meu pai, Iemanjá!  
 Rainha africana que vamos coroar!  
 Quilombo matinhense, mordança não cala  
 Somos sementes de Alcobaça  
 A Força da mulher guerreira  
 Negra Felipa resistência verdadeira<sup>5</sup>

Esse fragmento de música foi apresentado pela Escola de Samba Império Matinhense no carnaval de 2022, realizado na cidade de Tucuruí-PA. Nele observa-se que o movimentocultural apresenta a “personagem” negra Felipa Aranha. A letra é uma louvação à Felipa por ser fundadora do quilombo de Alcobaça, por ter resistido à escravidão, por ser uma mulher de fibra que a muitas outras inspira para buscar uma sociedade fraterna e justa, uma sobrevivente do Brasil colônia, do sistema escravista, revelando, assim, que a população de Tucuruí tem história e memória para contar.

Além disso, esse fragmento da música "Ogum iê meu pai, Iemanjá!" é uma celebração à cultura africana e à resistência negra. A letra destaca a importância da memória e da cultura como movimento de resistência, que é transmitido de geração em geração através da oralidade. A música também faz referência a figuras importantes na cultura afro-brasileira, como Ogum e Iemanjá, e homenageia a resistência da Negra Felipa, uma mulher guerreira que representa a verdadeira resistência negra. A referência ao Quilombo Matinhense e a semente de Alcobaça mostram a importância da história e da luta dos negros na construção do Brasil.

Além da representatividade no carnaval, Felipa Aranha também é lembrada e tem suas histórias contadas nos festivais juninos<sup>6</sup> por meio das companhias de Dança, como é o caso da

<sup>5</sup> PAZ, Plínio; RODRIGUES, Anderson; CAVACO, Fabrício; SANTOS, Neto. Negra Felipa, a filha da mãe África nas terras de Alcobaça. SAMBA, Império Matinhense. Enredo. Tucuruí-PA: 2022.

<sup>6</sup> A quadrilha Junina Parafolclórica Caravana do Norte, 2019, encenou o espetáculo “Quilombos Vivem”. Ao homenagear os quilombos fundados por D. Maria Felipa Aranha, o grupo utilizou as pesquisas de Rusevelt Silva Santos (2021): No espelho d’água do rio Tocantins: ensino de história da África como instrumento de luta e resistência no empoderamento da mulher negra.

Cia de Dança Chão de Estrelas que encenou o espetáculo Felipa Aranha - o Diamante Negro polido às margens do rio Tocantins<sup>7</sup> (Santos, 2021), tendo representado a história de Felipa Aranha com destaque para sua fuga e luta pela liberdade que desencadeou a liberdade de outros negros e negras escravizados/as e a formação de vários quilombos.

Mais um exemplo de como Felipa Aranha entra nas manifestações culturais de nossa cidade, veja a música a seguir “Felipa Aranha em ritmo de Benguela”:

No Baixo Tocantins  
 Ela veio trabalhar  
**Lutou contra a escravidão**  
 O **quilombo do Mola** foi criar  
 Foi no igarapé de Itapocu  
 Que o quilombo fortificou  
**Protegeu o nosso povo**  
**Foi onde a guerreira mais lutou**

É símbolo de **resistência**  
 É símbolo de **liberdade**  
 As lutas desta **mulher**  
 Hoje é nossa **identidade**<sup>8</sup>

Essa música composta por Wendel Baião (2021), integrante do Grupo Abadá Capoeira, faz uma exaltação à guerreira Felipa Aranha tida pelo grupo como símbolo de resistência e identidade. Nela, Felipa Aranha aparece como a que fortificou, protegeu e contribuiu para o crescimento dos quilombos na região Tocantina. Essa mulher negra da qual se fala, reagiu ao modelo imposto pelo sistema e aglutinou em torno de si outras pessoas quecoadunavam das mesmas ideias libertárias ampliando e expandindo o quilombo por todo o Baixo Tocantins.

Segundo Gomes (2006), nesse processo de luta e reconhecimento da trajetória de Felipa Aranha, faz-se necessário fazer um recorte da História de Tucuruí. Assim, entre os anos de 1781 a 1791, foi fundado o Forte de Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça que depois seria transformado em povoado de São Bernardo de Perdeneiras. Vale ressaltar que essa vila não foi construída onde hoje é Tucuruí, pois, anos depois a mesma foi deslocada para o local que se localiza hoje, tendo sido construída onde antes era um emaranhado de fortificações quilombolas que se formaram e se desenvolveram às margens do rio Tocantins.

<sup>7</sup> SANTOS. Rusevelt Silva. Felipa Aranha: A guerreira da Amazônia. Belém/PA, ed. Paka – Tatu, 2021. Livro romance que serviu de base para produção do espetáculo.

<sup>8</sup>Música e letra: Wendel Menezes Graduado Baião (2021).

A Vila de Alcobaça foi fundada em 1781 pelo então governador José Nápoles Telles de Menezes. Na ocasião, o governador do Grão-Pará criou a freguesia de São Pedro de Alcobaça no lugar de Forte de Nossa Senhora de Nazaré integrada ao município de Baião, então o principal núcleo populoso desse trecho do Tocantins<sup>9</sup>. Vieram várias famílias de colonos e um destacamento de milícias com o objetivo de combater os mocambos espalhados por todos os lugares. As fazendas já não conseguiam segurar os escravizados, que mal chegavam e debandavam para as matas. Inúmeros quilombos foram fundados nessa região como foi relatado por Pinto (2004). Entende-se por quilombo:

Segundo alguns antropólogos, na África, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, aberta a todos. Os membros dessa associação eram submetidos a rituais de iniciação que integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas inimigas e completa. A palavra *kilombo* é originária da língua banto *umbundo*, falada pelo povo *ovimbundo*, que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central, mais especificamente na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo *umbundo*, constitui-se em um agrupamento militar composto pelos *jaga ouimbagala* (de Angola) e os (do Zaire) no século XVII (Munanga, 2001, p. 71).

O Conselho Ultramarino, responsável pelo controle central patrimonial, considerava que um agrupamento acima de cinco negros e negras já era um quilombo, mesmo que fossem em locais despovoados. Desse modo, os grupos de negros encontrados a partir de cinco foradas senzalas poderiam ser apreendidos e levados pelas autoridades, até que fossem reclamados por algum dono que deveria apresentar documentos e levá-los como posse para suas fazendas. Ao se definir qualquer ajuntamento de negros e negras como quilombos poderia se acionar as autoridades e remover qualquer grupo de pretos, sendo eles quilombolas ou não. Com isso, o Conselho Ultramarino procurava resolver ou diminuir a incidência das fugas.

Pinto (2007, p. 33) afirma que “os diversos quilombos que se formaram na região de Cameté são frutos das fugas de negros escravos, de localidades circunvizinhas e até das vilas da região do Baixo Tocantins”. Ao fugir, o negro tentava levar e organizar sua vida participando da produção alimentícia como o plantio de mandioca, a pesca, a agricultura de subsistência, dentre outras. Assim, era apropriado procurar por terras cultiváveis e seguras de ataques de capitães do mato, e isso levou os quilombolas a adentrar cada vez mais para longe, expandindo os quilombos em redes numa solidariedade para garantir a sobrevivência dos grupos (Pinto, 2007).

---

<sup>9</sup> Tucuruí – 60 anos. Revista Atitude, dezembro/2007.

A organização quilombola ao longo do rio Tocantins se valeu de estratégias para que o negro depois de liberto não voltasse à condição de escravizado, e também pudesse contribuir para a liberdade de outros pares, empenhando-se em combater a escravidão. Nesse sentido, os negros e negras treinavam práticas de defesa, praticavam comércio e mineração por meio de redes solidárias. Dessa forma, a população negra ia se articulando com a ajuda de outras pessoas, tratando de produzir alimentos para o consumo, bem como trocar o excedente por armas, pólvora, sal, chumbo, tudo para garantir a vida do quilombo como também sua própria sobrevivência. Como consequência desse processo, a escravidão foi setornando inviável.

No entanto, a história de luta dos negros e negras vem sendo silenciada, tendo em vista que ao se chegar aqui para construir o Forte de Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça foram encontrados negros amocambados sob a liderança da mulher negra Felipa Aranha, mas, as vezes, esse fato é pouco ou totalmente apagado quando se fala sobre a história local.

Na Amazônia Tocantina os negros rebeldes e fugitivos procuravam uma “forma de morar e viver em acampamentos autossustentáveis e baseado numa cosmovisão africana e afrocentrada” (Souza, 2012, p. 19), fazendo com que seu “lócus<sup>10</sup>” parecesse um pouco com a pátria da qual foram retirados. Assim, transformavam o quilombo em moradia de pessoas escravizadas fugidas da opressão e lugar de resistência contra a escravidão, comunidades urbana e rural de luta e combate ao racismo.

Seres humanos vivendo em um regime escravagista no Brasil colônia, nas terras do Grão-Pará, no século XVII, lutando pelo direito de viver em liberdade, sem o jugo do chicote, do tronco, organizavam-se em fugas individuais ou em coletivas, fugiam para as matas e buscavam sobrevivência. Era uma luta arriscada, pois havia a fiscalização do feitor, a ameaça do capitão do mato, punições severas aos capturados, mesmo assim as fugas aconteciam e nas matas formavam quilombos. E à frente de Alcobaça, a mulher lutadora.

Historicamente, sabemos que “fugas” de negros ou a “construção de liberdade” e consequente formação de quilombos e mocambos foram algumas das maiores formas de resistência negra no Brasil colonial e imperial, as quais atravessaram séculos e corroeram por dentro o próprio sistema escravista vigente, levando as autoridades e classe dominante ao desespero (Amaral, 2015, p. 93).

O sistema escravista vigente não dava folga, pois era necessário blindar os fazendeiros de modo que não sofressem prejuízos com as fugas dos escravizados.

<sup>10</sup> Significa literalmente “lugar”, “posição” ou “local”

Para isso várias diligências organizadas no intuito de destruir os quilombos foram se constituindo, os quais estavam expostos a constantes ataques e, por isso, precisavam se defender, bem como abandonar o lugar e procurar outro local para recomeçar longe do alcance dos capitães do mato e dos feitores (Souza, 2007).

É nesse contexto que Felipa Aranha torna-se ícone da luta pela liberdade em todo o Baixo Tocantins, da defesa dos povos escravizados e do combate ao escravismo. Todavia, sua história é apagada da história brasileira, em particular, da história de Tucuruí-PA. Assim, é imprescindível que façamos o resgate de sua história, sobretudo, por ser fonte de inspiração na luta antirracista e, nesse sentido, precisa ser parte do currículo oficial. Nesse aspecto, é fundamental que a Educação de Tucuruí-PA e, também, do Brasil, reconheça a importância das mulheres negras no processo de luta pela superação do regime escravista, bem como da luta contra a opressão aos negros e negras nesse país.

Assim, através da cultura buscamos resgatar a história de Felipa Aranha, uma vez que a mesma não tem entrado como conhecimento nas escolas, seja por meio de livros ou dos planejamentos de ensino, sobretudo, por entendermos a cultura em seu conceito antropológico:

Culturas são sistemas (de padrões de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante (Laraia, 2001, p. 31).

Fazedores de cultura sempre procuram trazer à baila esse tema tão instigante e apropriado para se homenagear uma mulher negra que junto com o seu coletivo deu os primeiros passos para o que é hoje esta cidade. E é através desta, a cultura, que conhecemos a história de Felipa Aranha nos dias de hoje. “Em 1871, Tylor definiu cultura como sendo todo o comportamento apreendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética” (Laraia, 2001, p. 16). Olhando por este ângulo percebe-se que a cultura clama pelo reconhecimento de sua maior heroína.

O processo tradicional de busca pela liberdade consistiu invariavelmente na fuga para os matos, onde os negros se reuniam, solidários entre si, e formavam os quilombos. A fuga deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada (Sales, 2005, p. 237).

O sistema escravista vigente não dava folga. Nesse contexto, buscava-se de todas as formas manter a opressão ao povo negro formando-se diligências para evitar as fugas.

A Educação, portanto, precisa dar conta desse conhecimento nas escolas por meio de

livros, materiais, planejamentos de ensino, isto é, pelo currículo, visando o rompimento dessa cultura de silenciamento e apagamento que muito contribui para o fortalecimento de culturas<sup>11</sup> opressoras que se perpetuam, inclusive, no espaço escolar.

Entendemos que quando levantamos a proposta de uma educação que dê conta do reconhecimento do papel do negro na construção social, econômica e cultural de nossa sociedade precisamos falar de cultura e identidade negra. A relação entre cultura e identidade é um tema complexo e multifacetado que tem sido objeto de estudo e reflexão por parte de diversos teóricos e escritores ao longo da história. Dessa forma, usamos uma abordagem a partir das perspectivas de dois importantes pensadores: Homi Bhabha (1998), um teórico pós-colonial, e Pepetela (1982), um escritor angolano, para entender como suas abordagens contribuem para a compreensão desse tema.

Homi Bhabha, em suas obras como *O Local da Cultura*, desenvolve o conceito de "híbrido cultural" e a noção de "terceiro espaço". Para Bhabha, a cultura não é uma entidade fixa e estática, mas um processo contínuo de interação e hibridização entre diferentes culturas. O híbrido cultural emerge quando elementos culturais de origens distintas se encontram e se mesclam, criando novas formas de expressão e identidade. Esse processo pode ocorrer devido ao contato entre culturas colonizadoras e colonizadas, por exemplo, resultando em formas culturais sincréticas que refletem a complexidade das identidades emergentes.

Ao aplicar o conceito de Bhabha à identidade, é possível perceber que ela não é uma entidade estável ou predefinida, mas sim uma construção contínua e em constante transformação. A identidade se forma a partir da interação com outras identidades e culturas, onde indivíduos e comunidades podem se identificar com elementos diversos e, assim, desenvolver uma identidade híbrida e multifacetada.

Nesse contexto, Pepetela (1982) explora em suas obras a questão da identidade pós-colonial. Sua obra *Mayombe* é um exemplo marcante dessa temática, onde ele aborda a luta pela independência angolana e a busca por uma identidade nacional após séculos de domínio colonial; e Pepetela (1998) aborda a resistência cultural e a preservação da identidade ao mesmo tempo que reflete sobre as transformações decorrentes da colonização.

---

<sup>11</sup> Compreendendo a cultura como sistema que estabelece e fortalece “padrões de comportamento socialmente transmitidos que serve para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” incluindo “tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social, de organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante” (Laraia, 2001, p. 31).

Isso nos leva a entender como a cultura e a identidade estão em constante negociação e como os indivíduos lutam para se afirmar como sujeitos autônomos diante de influências externas. Ambos os autores apontam para a complexidade e fluidez da cultura e identidade, rompendo com concepções essencialistas que as tratam como entidades fixas e homogêneas. A partir de suas perspectivas, podemos entender que a cultura é dinâmica, assim como a identidade é uma construção em constante movimento, moldada por experiências individuais e coletivas.

Dessa forma, com bases no que preconizam esses dois autores, podemos inferir que se faz importante repensar as noções tradicionais e estáticas sobre esses temas. Precisamos enxergar a diversidade cultural e as identidades híbridas como elementos enriquecedores, que enriquecem a sociedade global e nos desafiam a encontrar um equilíbrio entre a preservação das tradições e a abertura para o diálogo com o diferente. A cultura e a identidade são, portanto, espaços de interseção e transformação, capazes de nos revelar a riqueza da experiência humana em toda a sua complexidade.

Assim sendo para pensarmos em um novo recontar das histórias, do papel do negro em nossa sociedade, em nossas comunidades, nos currículos e nas salas de aulas, precisamos conhecer, entender e aceitar nossas identidades, por isso é tão importante que histórias como a de Felipa Aranha façam parte da “história oficial”.

### **3.3. A Educação do negro e as práticas educativas antirracistas**

O homem aplica aos processos sociais a mesma lógica presente nas relações econômicas e de produção, mesmo que tal prática venha a tornar a interação entre os seres humanos uma prática desigual e de subjugação, demonstrando que a mola propulsora da sociedade está no consumo e não nas interconexões entre iguais.

A escravidão como um processo que modelou as relações de produção e continua impingindo valor às relações humanas, se mostra latente na desigualdade social e na exclusão educacional que afeta o negro e as demais minorias, assim como impacta as suas possibilidades de suplantar os aspectos que os transformam em inferiores, mesmo diante da comprovação de sua igualdade diante dos demais membros da humanidade.

O racismo vinculado ao escravismo, conforme Miranda, Silva e Santos (2018), tem a função do isolamento de um povo e seus descendentes com vistas a não tornar homogênea e assimétrica as relações em uma sociedade plural, por conta de fatores referentes à discriminação racial e social, perpetuando um modelo de organização que ainda se faz embasada na visão da inferioridade de uns em detrimento de outros.

Tal contexto de inferioridade se faz ainda latente na distribuição desigual de recursos

sociais, econômicos e educacionais entre brancos e negros, e ainda no sentimento de pertença, solicitando que haja um processo de intervenção voltado ao trabalho de ressignificação e valorização do negro e de sua identidade diante de uma sociedade veladamente racista.

Assim, além das ações estabelecidas pelo âmbito governamental, têm-se aquelas colocadas em prática pelos grupos sociais e culturais, merecendo destaque em suas lutas contra o racismo.

### **3. 4. O racismo presente na educação e na exclusão do negro**

A Educação, conforme Barros e Santos (2011), compreende o processo individual e próprio de construção dos valores, hábitos, ideias, atitudes e habilidades que distinguem os seres humanos, em favor da constituição de um produto social individualizado, como afirma Vázquez (2007), o qual se produz a partir de um contexto histórico que formaliza as relações e as delimita.

Posicionando-se como uma sistemática relegada a privilegiados, conforme afirmam Barros e Santos (2011) e Cruz (2016), a Educação carregou consigo, por bastante tempo, o entendimento de que deveria se fazer aplicada somente a grupos sociais considerados mais importantes, produzindo uma imagem de superioridade cultural, artística e intelectual ao europeu, civilizado, colonizador e branco.

Tal pensamento, além de não reconhecer o multiculturalismo existente no Brasil, favoreceu à implantação de um severo descompasso educacional entre brancos e negros, colocando o país no caminho oposto ao de valorização e reconhecimento da importância social dos demais povos constantes em seu território (Barros; Santos, 2011).

Exigiu-se, portanto, conforme Barros e Santos (2011), que outro modo de vislumbrar a educação fosse idealizado, garantindo que a ideia de superioridade cultural, artística e intelectual branca fosse revista, pois, uma vez finalizada a fase escravista brasileira, não haveria razão de manter um discurso tão preconceituoso e desumano.

A Educação deveria então preparar o homem para o trabalho livre e integrador, independente se branco ou preto, pois o importante seria garantir que o país pudesse continuar em franca expansão econômica (Barros; Santos, 2011).

No entanto, as escolas localizadas em áreas urbanas continuaram dedicadas ao branco, dispondo somente aquelas de áreas periféricas e campo para os negros, persistindo com o contexto de exclusão social a que vinham sendo submetidos desde a fase da escravidão (Barros, 2016).

Somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996

é que se estabeleceu princípios de respeito ao direito de educação dos povos, independentemente de seu grupo étnico, iniciando-se desde o âmbito da formação básica (Silva, 2015; Medeiros; Ramos, 2018).

Por conseguinte, como expõem Silva (2015) e Medeiros e Ramos (2018), outros instrumentos normativos e inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), posicionaram-se a favor de um preparo do indivíduo para a cidadania a partir do reconhecimento da pluralidade sociocultural existente no Brasil, incorporando os povos e nações que deste país fazem parte, e além de outros fatores, combatendo todo o tipo de discriminação existente.

Porém, somente o fato de democratizar a Educação por atos sociais e normativos não garantiriam a eliminação da prática do preconceito e da exclusão educacional, de modo que, conforme Barros e Santos (2011), haveria de se compreender os âmbitos individual e coletivo em que o racismo ainda atualmente se manifesta.

A prática excludente do negro na sociedade e principalmente no contexto educacional, configurou-se como elemento de manutenção para uma sistemática econômica que, apesar de não mais se pautar na escravidão como força produtiva, deixava de reconhecer todos os homens como iguais, insistindo na visão europeia de uma suposta supremacia de origem branca (Barros; Santos, 2011).

Criando mecanismos voltados a afastar o negro da educação formal, além de se difundir o ideário de inferioridade intelectual, moral e cultural negra (Cruz, 2016), manteve-se o entendimento distorcido em relação ao multiculturalismo africano, tornando-o simples e unitário, de modo a perpassar o entendimento preconceituoso quanto a um povo sem perspectivas por conta dos problemas estruturais de sua sociedade, causados principalmente, por uma imposição para a subalternidade (Barros; Santos, 2011).

Somado ao fato de que a evasão escolar do grupo social negro sempre se fez elevada por este processo de marginalização, Cruz (2011), Barros e Santos (2011) e Moraes (2016), destacam que ao final da fase escravista em diante, apesar de legislações inclusivas ao ambiente escolar, se fez comum por bastante tempo que a aprendizagem de leitura e escrita fossem alcançadas em contextos não educacionais e desvinculadas de uma proposta pedagógica oficial.

Principalmente pelo fato de que a instrução, ou o alcance do conhecimento através da leitura, funcionaria como instrumento para uma espécie de levante das massas em detrimento das autoridades de Estado que mantinham o poder e não desejavam para a sociedade o alcance do senso crítico trazido pela instrução (Cruz, 2011).

Nesse contexto, a própria formação do docente para lidar de modo inclusivo e

respeitoso com a diversidade étnica e cultural era descompromissada, e até certo ponto incipiente, traduzindo no ambiente escolar toda a sistemática de preconceito da sociedade que naturalmente levaria o aluno ao insucesso escolar, demonstrando ser de suma importância que a escola auxiliasse na eliminação da discriminação, garantindo que as chances de aprendizagem fossem iguais para todos (Barros; Santos, 2011; Silva, 2015).

A representatividade do pensamento, da cultura, e da sociedade negra precisaria ser garantida, de modo que docentes negros começaram a alcançar os bancos de formação dos alunos instigando-os a reclamar, opinar, sugerir, denunciar a opressão a que eram submetidos, chegando aos registros efetivados por meio da imprensa que tirava o negro da invisibilidade e o colocava em uma posição de enfrentamento à exclusão a que era submetido (Miranda; Silva; Santos, 2018).

No entanto, apesar de suplantar alguns obstáculos, a educação do negro sempre foi um processo permeado de ações de exclusão, muito mais por conta da invisibilidade que lhes foi imposta e que por conseguinte atuou em prol de tornar imperceptível a sua participação nas lutas da sociedade em que se encontram inseridos (Pagliosa, 2018).

A invisibilidade referida estaria principalmente associada à não promoção social do negro e de suas lutas/conquistas sociais, uma vez que estas poderiam se posicionar ofuscando o branco, podendo se fazer percebido nos materiais e brinquedos didáticos, educativos e lúdicos, nos quais as representações do negro sempre, e quando ocorreram, se fizeram associadas à subalternidade social (Pagliosa, 2018).

Quanto a isto, Silva *et al.* (2018) destacam a não representação negra como protagonismo de obras literárias e didáticas, assim como a representação de imagens deturpadas, e até certo ponto, caricatas e voltadas ao menosprezo e à ridicularização do negro diante da sociedade, excluindo inclusive seu registro de presença na formação histórica da sociedade.

Portanto, excluir e discriminar o negro é consequência de uma imagem distorcida, perpetuada e resistente que prega a ideia de uma suposta “normalidade”, de modo que, todo aquele que foge ao padrão previamente estabelecido e aceito, necessita ser rejeitado mesmo que necessário o uso da força, sob o risco de a heterogeneidade étnica e cultural configurar-se como um novo padrão a abalar as estruturas já existentes e até certo ponto consolidadas (Miranda; Silva; Santos, 2018).

Para Pagliosa (2018), a invisibilidade imposta à representatividade do povo negro no contexto escolar não foi um processo que alcançou a aceitação da maioria dos membros deste grupo social, apesar de o sistema educacional existente induzir à uma discriminação velada que sustenta um ideário de supremacia branca, o que, conforme Cruz (2016), se iniciou na prática

das pessoas escravizadas recém libertas que, para agir na tentativa de se igualar ao branco, assim que adquiriam a liberdade saíam em busca de símbolos externos que a demonstrassem, como roupas, sapatos, cabelos penteados, garantindo que situação anterior de escravidão pudesse vir a ser esquecida pela sociedade, apagando um passado de dor e subjugação.

No âmbito da escola, acreditou-se que ela por si atuaria como instrumento para a redução da violência social por conta de um suposto processo de homogeneização étnico racial, proporcionada pela inclusão educacional, social, cultural e cidadã do negro (Miranda;Silva; Santos, 2018). Contudo, os autores referidos reconhecem que a diversidade étnica e racial a qual compõe esta sociedade solicita que se desconstrua os pensamentos previamente concebidos a fim de que seja possível romper com as ações que perpetuam o preconceito, a intolerância e o racismo.

Isto posto, estando o homem consciente de sua importância social deve atuar de modo intencional para que o reconhecimento seja estabelecido primeiramente para si, de modo que o mesmo sentimento se expanda ao exterior e alcance a todos que o circundam, transformando o contexto histórico que se vivencia (Vázquez, 2007).

A identificação do papel social exercido, do direito ao território, da riqueza dos costumes, das memórias ancestrais, das tradições coletivas e do estilo de vida e trabalho, reconecta o povo negro a suas origens, demonstrando a potencialidade que possuem de recuperar-se das desigualdades vivenciadas e da superação do quadro de exclusão vigente, garantindo a inserção social merecida para o alcance da efetiva autonomia desejada (Medeiros; Ramos, 2018).

No entanto, reconhecendo que a exclusão social e educacional do povo negro se encontra na base de formação brasileira, as ações efetivamente de cunho educativo devem se desenvolver a ponto de garantir que o grupo social afetado possa sobreviver, individual e coletivamente, apesar do processo de opressão a que se encontra há tempos subjugado (Barros; Santos, 2011; Medeiros; Ramos, 2018).

### **3.5. A legislação como meio de práticas antirracistas**

O combate ao racismo, através dos instrumentos normativos, tem como base as definições efetivadas, entre outros, por meio da Constituição Federal (CF), na qual se estabeleceu destaque para as temáticas envolvendo a discriminação racial arraigada na sociedade brasileira como herança histórica, a diversidade cultural que formou toda a sociedade independente de seu fator étnico e o reconhecimento dos direitos efetivamente alcançados pelas comunidades quilombolas como uma tentativa de devolver a dignidade de um povo (Brasil,

1998; Negreiros, 2017).

Contudo, justamente pelo fato de a CF somente apontar questões referentes à igualdade racial e ao combate ao racismo, mas não definir como estas deveriam ser implementadas, tal como pontua Negreiros (2017), fez-se necessário que outros instrumentos fossem desenvolvidos para dar continuidade à reparação histórica tão esperada pelo povo negro.

A lei 10.639/2003 tratando da inclusão obrigatória no currículo oficial da rede de ensino de temática referente à História da Cultura Afro-Brasileira, posicionou-se como marco para a busca da igualdade racial preconizada na CF, ao demonstrar a importância e efetiva participação do negro na construção da sociedade brasileira, atribuindo o seu devido papel de destaque, carecendo de ajustes a partir da lei 11.645/2008 para incorporar os povos originários e seus devidos reconhecimentos (Negreiros, 2017; Brasil, 2003; Brasil, 2008; Araújo, 2015).

Por sua vez, o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) 03/2004, partindo de entidades e pessoas envolvidas com Movimentos Negros e com os Conselhos Estadual/Municipal de Educação, além de professores e alunos, definiu elementos que permitissem a construção de um conhecimento acerca das relações étnico-raciais entre pessoas negras e brancas, assim como da história, da cultura e da sociedade estabelecida com base na visão do negro, de modo a permitir discussões voltadas ao combate do racismo tanto por meio da formação do estudante quanto pela habilitação dos professores (Negreiros, 2017).

A partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, estabeleceu-se diretrizes voltadas a efetivamente incorporar a diversidade étnica no contexto escolar, sem que se configurasse apenas em um discurso sobre igualdade, traduzindo-se em um conjunto de ações pedagógicas, sociais e identitárias a recomendar boas práticas a serem postas em todas as localidades, incluindo os quilombos (Brasil, 2009; Negreiros, 2017).

No entanto, como ressaltam Souza e Batista (2018), esses simples atos normativos foram iniciativas importantes, porém não recuperaram de todo a dignidade e muito menos desfizeram o ideário arraigado a curto prazo, apesar de coartar, na prática com uma série de iniciativas voltadas a descolonizar o conhecimento histórico vigente e que ainda coloca o negro como inferior até para os seus próprios pares.

Para pensar em ações voltadas ao antirracismo, Silva *et al.* (2018) destacam a importância de se compreender o racismo como um processo de aversão a todo aquele que não possui os mesmos traços característicos brancos, carregando consigo, práticas de desrespeito aceitas pela sociedade e pelo Estado em prol de um controle e de uma estratificação social, que relega ao negro a inferioridade como *status*.

Esse modo de ação racista que permeia as relações em uma sociedade multicultural e multiétnica, estabelece uma prática completamente desarticulada com a necessidade social existente, aplicando por meio de violência velada uma espécie de força a qual favorece a criação de espécies de guetos voltados unicamente ao isolamento social do grupo que se deseja tornar invisível por força maior (Vázquez, 2007).

Contudo, romper a exclusão social, étnica e cultural, criando sistemática de resistência para agir contra o processo de dominação e em prol da manutenção de uma ancestralidade, é, segundo Vázquez (2007) e Rodrigues, Rocha e Aguiar (2016), a tônica deluta em favor do reconhecimento, do respeito e da singularidade de um povo, demonstrando que o grupo social em unicidade possui mais poder de luta e de mudança sobre uma prática secularmente aplicada.

Negreiros (2017) ressalta que a igualdade racial é uma luta constante do movimento negro, e que a quebra dos estereótipos imagéticos, inclusive relatados por Silva (2016), é uma necessidade, pois somente assim será possível reconhecer que não existe inferioridade entre as etnias.

Do mesmo modo, Vázquez (2007) destaca que ações de não-violência praticadas pelo movimento negro não se posicionam como de aceitação de imposições de uma elite branca e racista, mas simplesmente de reconhecer o homem como ser consciente, social, e que por estas razões se transformam não pela violência e sim pela ação educativa, persuasiva e edificante, fazendo surgir a multiplicidade de iniciativas tanto de cunho governamental quanto não governamental voltadas ao combate do racismo.

Os movimentos sociais, portanto, desempenham seu papel atuando na base dessas práticas antirracistas, sendo a expressão máxima de desconstrução da ideia de inferioridade previamente atribuída ao negro pelo branco opressor, rompendo com o discurso de dominação e escravidão que ainda se faz presente no cotidiano popular através da valorização e do reconhecimento da afrodescendência (Souza; Batista, 2018).

Suas ações não envolvem apenas as questões de cunho social e político, incorporando inclusive a ancestralidade, a identidade, a estética, a saúde, a cultura, a arte e a educação por meio de atividades que envolvem crianças, jovens, adultos e idosos no intuito de incorporá-los a um ambiente de reconhecimento e pertencimento (Barros; Santos, 2011).

Por sua vez, o fomento às práticas de cultura de um povo demonstra ser o maior legado que pode ser deixado para a posteridade, pois a perpetuação das práticas na forma de festas, danças, rituais, entre outros, é um meio de se manter vivente a ancestralidade e a riqueza cultural existente, não devendo tais práticas serem vistas como objeto de escárnio ou desrespeito (Cruz, 2016).

Nesse contexto, as práticas religiosas com base nas religiões de matriz africana, além de terem contribuído para a formação da identidade brasileira, constituem-se como espaços de manutenção e perpetuação da ancestralidade do povo negro, apesar de o envolvimento multiétnico de seus frequentadores que passam a compartilhar de vivências dos ricos traços culturais provenientes da África, além de compartilhar entendimentos e simbolismos que expressam ideias até já incorporados ao cotidiano da sociedade (Barros; Santos, 2011; Silva, 2018).

Outra prática de âmbito religioso que se posiciona em prol das práticas antirracistas é a tradição do benzimento, praticado principalmente por mulheres que impunham ervas e entoam rezas, demonstrando-se não somente ato de conexão transcendental e curativo, mas também de educação, uma vez que o processo em si é aprendido por meio da interação entre as pessoas, onde os mais velhos repassam aos mais novos a função que deve realinhar, harmonizar, equilibrar o corpo e o espírito daquele que se submete ao benzimento (Silva, 2018).

Em se tratando da questão educacional, a organização de Comunidades e Terreiros Afro no intuito de ofertar a educação formal às crianças, aos jovens e aos adultos também é algo presente em várias cidades do país, e do mesmo modo, as ações voltadas para a educação não formal também se posicionaram como meio de garantir principalmente, e por meio da qualificação profissional, empreendedora e arte-educação, meios de subsistência à alguns membros da comunidade (Barros; Santos, 2011).

Projetos sociais também se envolvem nesse processo de minimização das desigualdades sociais e étnicas, atuando, conforme Barros e Santos (2011), na proposição de espaços voltados para ações educacionais que favoreçam as discussões de temas da atualidade e principalmente questões que envolvem a cultura afro-brasileira e africana. Desse modo, os Quilombos Educacionais são iniciativas importantes para a superação das desigualdades sociais, raciais e educacionais, garantindo que o racismo e a exclusão sejam combatidos por meio de ações voltadas ao desenvolvimento intelectual.

Por conseguinte, sendo o Brasil dotado de uma ampla diversidade linguística, Alves (2018) ressalta a contribuição do negro à esta pluralidade tendo por base o que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, a partir da qual se garante que a identidade de um povo seja registrada e mantida também por esse tipo de manifestação.

Conforme Silva (2017), não se trata apenas da aceitação e do rompimento dos preconceitos, mas também de toda uma sistemática que envolve a justiça social aplicada a todo o tipo de subserviência atribuída ao povo negro, assim como a reparação histórica de sua contribuição para a formação de um país forte e competitivo, pois esse fator sempre lhe foi

negado ao considerar que a cultura trazida com a ancestralidade era de origem e importância inferior.

Isto devolve o protagonismo que foi por séculos negado ao negro, uma vez que se reconhece sua importância linguística, educacional e social, requerendo somente que a sociedade respeite e valore este papel, contando com iniciativas públicas e privadas que propiciem meios para a efetiva prática de uma cultura ancestral, assim como assinalam Alves (2018) e Silva (2017), principalmente quando há um posicionamento de combate para palavras e expressões cotidianas que repercutem práticas e discursos preconceituosos ainda provenientes da visão colonialista atribuída ao negro em face da subserviência a que foi submetido (Tourinho, 2022).

### **3. 6. As várias faces do racismo**

Neste tópico, trazemos como ideia central a tentativa de pontuar algumas faces com que o racismo se apresenta em nossa sociedade e que são enfrentadas desde cedo pela população negra, o que leva a opressão e subjugação dos corpos negros contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, raciais, de gênero, dentre outras, tal como se observa nas linhas abaixo.

É muito presente em nossa sociedade o racismo como processo de exclusão e rejeição. Lorde (2019) e Almeida (2019) definem o racismo como a superioridade de um indivíduo sobre o outro por conta de sua raça, e a ação de dominação consciente ou não por ele exercida sobre os demais em face da manifestação ou sugestão de um suposto entendimento, levando ao alcance de privilégios. Kilomba (2019) e Moreira (2019) complementam esse pensamento destacando o racismo como a natureza de tornar o indivíduo em objeto, retirando deste o direito à propriedade de si mesmo, isolando-o do convívio com os demais em justificativa de uma ação natural e aceitável, variável na forma e contexto social a que se faz aplicado.

Nesse processo, Santos (2022) expõe o privilégio dado à raça branca em detrimento dos demais, garantindo que este, a fim de reafirmar o racismo, possa atuar por meio de múltiplas violências de modo contínuo e cotidiano em um contexto no qual, historicamente, a violência de raça se faz aceita como natural e que, conforme afirma Kilomba (2019), tende a acarretar consequências psicológicas traumáticas.

No entendimento da extensão do racismo, Hooks (2019) destaca a perspectiva histórica que na construção das sociedades coisificou, relegando por fator de raça, todo indivíduo não branco, depreciando-o e tornando-o subordinado a uma ideologia opressora de dominante-dominado que, segundo Kilomba (2019), se fez visível nas estruturas sociais, políticas,

ideológicas e institucionais.

King Júnior (2021), reconhecendo que o racismo se faz incorporado até por quem dele sofre, ressalta o papel da permissividade do sofredor na manutenção desse tipo de violência que envolve a questão racial, sendo justamente o temor de aceitar a igualdade entre todos os elementos como definidor dessas falácias. Nesse sentido, Hooks (2019) destaca que a coisificação por conta da raça se diz por alguns não praticada em face de sua escolha sexual, colocando-se como um modo comprobatório de não prática do racismo e atuando como meio de minimização da exclusão e da rejeição que já se faz incutida no contexto social. Contudo, a tentativa de minimizar as ações de dominação historicamente cometidas não retira a culpa do ato em si.

E são justamente tais atitudes, apresentadas na suposta intenção de um resgate histórico das práticas de rejeição e exclusão conectadas ao racismo, que levam o próprio indivíduo, sendo como foco desse estudo, negro e mulher, a não aceitar a si mesmo, se desqualificar, não possuir uma consciência livre e reflexiva acerca de sua história, lutas, e demais elementos que o tornam parte de um coletivo possuidor de poder e lugar de fala (González, 1984; Kilomba, 2019). Assim, Hooks (2019) destaca que para a eliminação dos sentimentos de rejeição, desqualificação e exclusão pelas quais a mulher negra se vê afetada é importante desenvolver o autoamor, o autorrespeito, a autovalorização do que se é, desconstruir as estruturas racistas vigentes onde o branco se posiciona como superior, requerendo deste último uma retratação histórica em face das estruturas de dominação estabelecidas e mantidas até a atualidade.

No entanto, a ação deve se dar de ambos os lados, ou seja, enquanto o branco deva reconhecer-se como igual ao negro, o negro deve romper e valorizar-se em sua identidade, ultrapassando o medo inconsciente sob o qual o coloca em processo constante de negação de si mesmo (Hooks, 2019; Moreira, 2019).

Outra face do racismo é sua relação com o sexismo. Existe uma relação intrínseca entre racismo e sexismo, por isso a necessidade de discuti-la em conjunto, tendo em vista que carrega consigo uma justificativa ideológica atinente à natureza e à biologia (Kilomba, 2019). A esse discurso, Lorde (2019) segue afirmando que a relação entre racismo e sexismo se faz principalmente em defesa do fator de cunho financeiro, não sendo interessante haver por parte das mulheres um insuflar contra essa temática.

Davis (2018) carrega então para essa discussão o entendimento de que qualquer discurso envolvendo o gênero não deve se fazer em isolado, devendo englobar em si fatores de “[...] raça, da classe, da sexualidade, da nacionalidade, das capacidades físicas [...]”, pois é justamente a relação com esses fatores que passa a descrever as múltiplas faces do racismo (Davis, 2018, p.

33).

Hooks (2019), por sua vez, aduz que é justamente por conta dessa multiplicidade de faces envolvendo o racismo, o gênero e o sexismo, que se deve tomar medidas enérgicas e voltadas à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, onde a sororidade seja efetivamente praticada. Contudo, Davis (2016) e Gonzales (1984) retomam discurso afirmando não haver nenhum tipo de trabalho destinado unicamente à mulher, muito menos pelo fato de ela ser negra, pois é justamente desse modo que se retira o seu poder de luta, relegando-a à subárea da sociedade onde não há espaço para o livre pensar social e muito menos manifestar, ainda associando-a ao *status* de domesticação e de trabalhado lar.

A razão dessas reflexões traz como discurso de análise um grande número de escritoras e escritores negros para reafirmar a intencionalidade do objetivo da pesquisa em curso, pois escritoras negras têm, só precisamos buscá-las. Nesse sentido, Davis (2018), Lorde (2019), Kilomba (2019), Pinto e Sousa (2021) e Hooks (2019) apontam a importânciada mulher negra na sociedade, principalmente em sua atuação diante das lutas em defesa de raça e gênero, em prol de tornar a todas, independente de raça, humanas e merecedoras de benefícios tal e qual os homens e a mulher branca o são.

Diante do que foi abordado, vemos que a raiva e o ódio na luta contra o racismo são tidos como fator mobilizador na luta contra o racismo, pois esse sentimento pode impulsionar a luta por justiça social, tendo em vista que funciona como elemento motivador podendo funcionar como fonte de informação e energia atuantes contra a opressão, a tensão e o racismo, necessitando simplesmente ser canalizada de modo coerente, tal como nos afirma lorde (2019). Por esse ponto de vista, Kilomba (2019) destaca que a raiva e o desejo de justiça social como força interior favorecem a mudança do indivíduo e a valorização de si, atuando como elemento curativo para os traumas psicológicos gerados pelo racismo.

Assim, uma vez canalizada de modo correto, essa raiva, destacada por Hooks (2019) e Kilomba (2019), direciona as mulheres à luta em nível de igualdade e justiça, pois os entes envolvidos passam a se reconhecer na afinidade de seus manifestos, compartilhando de aprendizagens estabelecidas na partilha de experiências e traumas. Complementando, como bem afirma Lorde (2019), muitas mulheres não possuem a expertise necessária para direcionar a raiva de modo construtivo mesmo se fazendo diante da coletividade de outras que compartilham das mesmas dores, o que deve partir do respeito às culturas comumente negado pelo racismo estrutural e aos contextos de cada grupo social, político, cultural e étnico.

King Júnior (2021) afirma que o endurecimento do indivíduo, assim como de seus sentimentos e pensamentos, o torna isolado em relação aos demais e imune às dores da

coletividade, a ponto de visualizar o outro como coisa e não como individualidade que sente, tal como se observa no recorte abaixo:

A permissividade é uma das causas básicas do preconceito racial. Uma pessoa de mente rigorosa sempre analisa os fatos antes de chegar a conclusões; em suma, ela pós-julga. Uma pessoa de mente permissiva chega a uma conclusão antes de analisar o primeiro fato, ou seja, ela pré-julga e é preconceituosa. O preconceito racial é baseado em temores infundados, desconfiança e mal-entendidos. Há aqueles com mente tão permissiva que acreditam na superioridade da raça branca e na inferioridade da raça negra, apesar das rigorosas pesquisas de antropólogos que revelam a falsidade dessa noção [...] (King Júnior, 2021, p. 26).

Nesse contexto, King Júnior (2021) segue chamando a atenção para a necessidade de que o indivíduo - em específico a mulher, negra e excluída - ausente-se da permissividade, a qual além de respaldar a subjugação e a segregação, torna-o acrítico e negador de sua própria cultura, etnia e sociedade, transformando a raiva pelo mal que lhe afeta em ódio por si.

Hooks (2019) então destaca que esse sentimento de ódio por si é manipulado de fora para dentro, partindo de como a sociedade julga e apresenta a mulher negra em face de sua cultura-etnia-sociedade, colocando-a sempre como elemento dominado, subserviente e que necessita se igualar ao branco para ser reconhecida como detentora de um lugar de fala na sociedade. É justamente essa força social que, conforme Kilomba (2019), leva à negação de si por conta da fobia de quem se é racialmente, permitindo inclusive uma estratificação de tonalidades de pele com vistas a tornar o negro cada vez mais branco e menos distante de sua situação de inferioridade historicamente e socialmente imposta, pois, como afirma Almeida (2019):

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional [...] E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (Almeida, 2019, p. 45).

Daí, nesse processo de ódio de si em face de quem se é, King Júnior (2021) destaca a ação de muitos em não se identificarem como parte de uma minoria ou de um grupo destacado em relação ao que seja identificado como socialmente “normal”, agredindo a si mesmo nos âmbitos físico, psicológico, cultural, político e até religioso para tornarem-se membros de uma sociedade branca e dada à hipocrisia pelo simples sentimento de pertença.

### **3.7. A Construção do Processo de Empoderamento da Mulher Negra com base em sua identidade.**

Este tópico discorre sobre a importância de a mulher negra empoderar-se para não só

desconstruir os estereótipos existentes acerca de sua raça como também reafirmar sua identidade como forma de luta antirracista. Para isso, entende-se que a questão da identidade negra e a educação contribuem para o processo de empoderamento da mulher negra, tal como se pondera nas linhas a seguir.

A escravidão foi uma prática de dominação com registros desde a antiguidade e que perdurou tanto por conta de lutas étnicas quanto por questões de produção e expansão territorial durante relativo tempo a ponto de deixar fortes marcas históricas (Pinsky, 2010; Almeida, 2019). De acordo com Gonzales (1984), do escravizado dissociava-se as emoções e sentimentos, tornando-o elemento coisificado, sub-humano e afeito à satisfação das necessidades do dominador nos mais diversos aspectos, repassando a ideia de uma falsa e branda convivência entre dominante e dominado por meio de ações e instrumentos de repressão como a religião e os materiais de tortura (Pinsky, 2010).

Em relação aos instrumentos de repressão e tortura, Kilomba (2019) destaca o papel de uma determinada ferramenta em prol de que os escravizados fossem silenciados para garantir o entendimento de uma suposta inferioridade, coisificação e animalidade, indo de encontro ao entendimento deturpado de raça que se faz disposto por Almeida (2019):

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2019, p. 18).

Assim, na prática, enquanto o homem negro e escravizado resistia à dominação através da luta ou da fuga, a mulher, no Baixo Tocantins e quilombos, encontrava formas de resistências para combater o sofrimento. A esse respeito, Pinto (2010) ressalta que:

Na Amazônia e, conseqüentemente, na Região Tocantina, não foi diferente. Nas imediações de Cametá, no século XVIII, também surgiram vários quilombos. Nessas comunidades, a formação social apresentava uma estrutura de poder e liderança muito importante para garantir a sobrevivência dos seus habitantes (Pinto, 2010, p. 25).

As condições de trabalho sob as quais as mulheres negras e escravizadas eram submetidas, principalmente, em relação às punições e demais práticas, inclusive sexuais e de procriação, se faziam justificadas pela sociedade opressora como atividades laborais e de manutenção da economia, apesar de romperem completamente com os padrões de humanidade (Davis, 2016, p. 38).

Gonzáles (1984) destaca que nem sempre tais processos se fizeram dissociados da afetividade, de modo que os serviços prestados pelas mulheres escravizadas negras no âmbito

da sexualidade alçavam o nível de abalar as bases familiares brancas, caracterizando uma disputa marcada pela violência, pelo sentimento de posse e apego ao ser humano, observando-se, assim, a objetificação do corpo humano. Davis (2016) e King Júnior (2021) ressaltam que tais atos de violência física e sexual, justificados por uma coisificação da mulher, se fizeram - e ainda se fazem - em razão da negatividade de realidade por parte da sociedade, a qual normaliza tudo o que deseja ser aceitável na intenção de que não se transformem em processos de luta e resistência, levando a um complexo de inferioridade que acarreta, por consequência, o medo, o sentimento de não pertencimento, de promiscuidade e de depressão.

Diante de tal situação, para que a mulher negra se torne empoderada se faz imperioso discutir a questão da construção de uma identidade negra que contribua positivamente para o reconhecimento de si e o sentimento de pertença ao seu grupo étnico-racial. A importância desse debate reside no fato de que há a necessidade de se superar a visão fragmentada e preconceituosa que tem estimulado as práticas de preconceitos de raça e de gênero na sociedade, isto é, o racismo e o sexismo, que subjagam as mulheres negras destituindo-as de uma convivência harmoniosa nos espaços em que ela ocupa.

Nesse sentido, acredita-se que discutir a questão da identidade negra é fundamental não só para o processo de empoderamento do povo negro, em particular da mulher negra, como também para combater discursos opressores que diminuem a importância de tal debate. Azevedo (2018), por exemplo, aponta a existência de um corte discursivo em torno da construção de uma identidade negra no Brasil:

De início, em meados dos anos 1970, época em que se estruturava o Movimento Negro Unificado (MNU), a identidade afro-brasileira ou afrodescendente se impunha num tom híbrido de *afeto* pelos ancestrais silenciados e de *combate* contra o grande mito da democracia racial brasileira. Já nos anos 1990, a identidade negra, afro-brasileira ou ainda afrodescendente começa a se transformar numa identidade explicitamente de “raça negra”, por força dos acesos debates em torno da cota racial ou de seu eufemismo a “ação afirmativa” – mais palatável a públicos desacostumados a se referir aos brasileiros de pele escura como membros de uma “raça” (Azevedo, 2018, p. 164).

É importante ressaltar a contribuição dos estudos pós-críticos para a consolidação desse debate, uma vez que efervesceram o campo dos estudos de gênero e raça – os estudos sobre diferença - perpassando para o campo dos movimentos sociais, em especial, com a formação e constituição de novos movimentos sociais que fazem o debate do lugar de fala nesse processo e, por consequência, contribuíram para a constituição e o fortalecimento de políticas públicas, a exemplo da política de cotas nas universidades. Como se vê, os estudos pós-críticos, como afirma Federico (2016), sinaliza para reflexões sobre o sujeito que o coloca para além do debate

de classe, isto é, o sujeito é atravessado, sobretudo, pela experiência de gênero, raça, grupo étnico, dentre outras. Todavia, não pretendemos aqui fazer esse debate, mas apenas assinalar a importância de tais estudos para a construção de uma identidade negra positiva.

O fato é que vivemos numa sociedade que insiste em invisibilizar as mulheres, sobretudo, as mulheres negras e, por isso, a necessidade de criar e recriar espaços de resistência que contribuam para o empoderamento da mulher negra. É com esse pensamento que propomos a discussão nessa seção.

Em uma sociedade na qual prevalece a dominação masculina, branca e cristã, a mulher negra, em especial, é cotidianamente subjugada. Essa condição é reforçada pelas relações sociais de trabalho que colocam a mulher negra, de acordo com o IBGE (2021), na base da desigualdade de renda no Brasil, agudizando a questão da desigualdade social. Essa desigualdade brutal e histórica é reforçada ainda pelo baixo nível de escolaridade que assola a população negra submetendo-a à informalidade e a ocupações laborais de maior vulnerabilidade social e, como consequência, a rendimentos bem inferiores aos da população branca.

Diante de tal contexto a falácia da democracia racial não encontra sustentação, uma vez que essa ideia pode ser facilmente desconstruída em face à realidade que se apresenta e, assim, reforçar tal discurso somente reafirma a existência do racismo na sociedade brasileira. Carneiro (2008) assinala que a negação do racismo contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais e o fortalecimento de práticas racistas e discriminatórias em nossa sociedade contribuindo, desse modo, para a manutenção do racismo estrutural que insiste em persistir no processo de invisibilização da população negra, em particular, da mulher negra.

A subjugação dos corpos negros femininos desde o processo de colonização colocou a mulher negra numa posição histórica de subordinação reforçando, por conseguinte, as estruturas sociais que sustentam práticas sexistas que contribuem para a inferiorização da mulher negra, levando-a a ocupar espaços de trabalho menos favorecidos e, como consequência, a base da pirâmide social. Para romper essas estruturas sociais é necessário empoderar-se, tomar o seu lugar nessa sociedade desigual e racista, construir as bases para essa tomada de consciência de negritude.

A reivindicação de seu lugar na sociedade perpassa, sem dúvida, pela construção de uma identidade negra que transgride, que resgate a sua cultura e a fortaleza, que desenvolva o sentimento de pertencimento a sua raça e que construa espaços de resistência e, como consequência, promova o resgate histórico de sua ancestralidade, de sua participação na construção da sociedade brasileira, em outras palavras, que se rebele contra todo tipo de opressão.

### 3. 8. A educação da mulher negra como ato de resistência

O indivíduo quando dotado de conhecimento deixa de ser elemento de fácil manipulação e subjugação (Davis, 2016). Esse entendimento reforça que a raça não caracteriza o preparo biológico/intelectual do sujeito que aprende, demonstrando não haver razão para que se perdesse o ideário escravista de dominância do branco sobre o negro.

Compreendendo-se como ser humano, e não mais como coisa, Hooks (2019) e Kilomba (2019) defendem o indivíduo, negro e mulher, como sujeito e autor de sua própria realidade, demonstrando a importância da consciência e da educação como processos sob os quais rompem com ideias anteriormente impostas. Contudo, Kilomba (2019) destaca que a construção do conhecimento para o indivíduo negro é um ato social e político o qual pode desequilibrar as relações de raça e que, por esse motivo, encontra barreiras voltadas a garantir que a instrução se posicione como outro elemento ao qual favoreça meios de manutenção do racismo e da escravidão.

No entanto, é necessário salientar a importância de compreender que a democracia não é mero instrumento para a escolha de representantes e que seu exercício não se esgota no momento do voto. É a luta dos sujeitos por sua cultura e liberdade contra a lógica dominante dos sistemas. Assim,

Estamos convencidos de que o momento histórico da América Latina exige de seus profissionais uma séria reflexão sobre sua realidade, que se transforma rapidamente, e da qual resulte sua inserção nela. Inserção esta que, sendo crítica, é compromisso verdadeiro. Compromisso com os destinos do país. Compromisso com seu povo. Com o homem concreto. Compromisso com o ser mais deste homem (Freire, 2013, p. 19 - 20).

Em se tratando de racismo, não se pode fechar os olhos para os problemas gritantes que assolam nosso país, nem tão pouco minimizar as mazelas da qual o negro vem sendo vítima da sociedade escravocrata. Eis a responsabilidade social do educador comprometido com a luta por igualdade, direitos humanos, cidadania e justiça social.

O racismo se mantém até a atualidade impedindo a inclusão da mulher negra no ambiente educacional e transformando a sua presença em momentos de sofrimento e silêncio, apesar de toda a luta desenvolvida em prol da liberdade de ser, agir e pensar já instaurada (Davis, 2016). Para contê-lo, Almeida (2019) afirma que a educação é um dos meios existentes para impedir que a segregação sexual e racial continue em franca expansão, pois o fato de ser mulher e negra não a torna menos competente para transformar o seu contexto a partir da intelectualidade, apesar de apresentar “[...] menor índice de escolaridade[...] o sistema político

e econômico privilegia pessoas consideradas brancas [...]” (Almeida, 2019, p. 45).

Assim, como reporta Davis (2016), o acesso ao conhecimento e à instrução por parte de indivíduos negros, e principalmente mulheres, se dispõe como fator de luta em favor de um agir-pensar que defenda os direitos de todos aqueles que sempre foram dominados e subjugados. Nesse sentido, a precarização, a exploração e a sexualização do trabalho feminino e negro necessitam ser combatidas sob a justificativa de que se alcance verdadeiramente a necessária justiça e igualdade social.

Freire (2017) reforça que educar é um ato político, portanto, não existe nenhum trabalho educativo neutro e que a educação é por si só um ato político que objetiva a transformação. Todavia, não pode haver uma educação para esse fim quando se observa que a história nega a participação das mulheres negras na produção de conhecimento de forma que a inferioriza e até a desacredita, inclusive, na academia, atuando em manutenção de uma hierarquização social e cultural carregada de injustiça e desigualdade, tal como afirma Hooks (2013).

Isso se faz explicado pelo discurso de Almeida (2019) quando afirma que:

A permanência do racismo exige, em primeiro lugar, a criação e a recriação de um imaginário social em que determinadas características biológicas ou práticas culturais sejam associadas à raça e, em segundo lugar, que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos raciais detêm privilégios (Almeida, 2019, p. 51).

King Júnior (2021) combate esse discurso partindo do entendimento de que todos, independentemente de etnia, possuem condições cognitivas e morais para auxiliar no progresso e no desempenho da ciência, e que nenhum tipo de discriminação deve se interpor com vistas a manter a construção do conhecimento somente nas mãos de poucos e privilegiados indivíduos.

Para isso, uma pedagogia crítica, feminista e engajada deve ser a chave para o estabelecimento de uma resistência social, intelectual e transformadora, uma vez que permite o envolvimento de aluno/a e professor/a na construção do conhecimento, tendo por elementos balizadores a liberdade de expressão e o diálogo. Isso significa que se deve adotar um projeto político pedagógico que não mais ignore as minorias étnicas, combatendo o racismo instituído, uma vez que se faz aceita a existência de uma relação firmada na subserviência que necessita ser combatida por meio da tolerância e respeito à diversidade (Hooks, 2019).

Lorde (2019) destaca que iguais devem ensinar para iguais, uma vez que as experiências envolvendo resistência, gênero e negritude somente podem ser compartilhadas por quem as viveu, o que leva ao entendimento que a educação como ato de resistência para a mulher negra

requer que se faça entre iguais. Como podemos ver em Costa Lima (2013):

[...] a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais: problematizar os mecanismos que levam a exclusão e subalternização da população negra, para tanto a necessidade de apontar para o combate a democracia racial; ter a escola como um dos espaços de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais, chegando até aos processos de avaliação (Costa Lima, 2013, p. 5).

A esse entendimento, Hooks (2013), Kilomba (2019) e Lorde (2019) adicionam o silenciamento histórico atribuído a esse grupo por parte da educação tradicional, uma vez que ela primou em perpetuar as desigualdades sociais, raciais e de gênero em prol da manutenção de um *status* alimentado pelo medo, onde a mulher, negra e de periferia, não deveria ser protagonista de mudanças radicais em uma sociedade racista e sexista, tornando-a empoderada e dotada de características próprias de sua raça, diante de um contexto que a subvalorizou e a privou de todo tipo de liberdade.

Davis (2016) reconhece que, apesar de um quantitativo mínimo de mulheres negras ter conseguido dotar-se de conhecimento rompendo com os padrões de subjugação a que lhes era imposto, é justamente a sociedade branca que inflige a ideologia racista no âmbito educacional, uma vez que não permite a ascensão do/a estudante, o que dispõe essa mão de obra aos tipos de trabalho que requeiram menor formação/capacitação.

A priori, justifica-se esse engajamento por melhorias para a vida da mulher negra em todos os âmbitos da sociedade, como bem corrobora Vasconcelos (2021):

Retomar as origens não é querer ficar no passado, mas saber de onde viemos para constituir a sustentação de quem somos. Por meio das narrativas orais encontradas nas comunidades, podemos recriar os fios que tecem a memória de uma ancestralidade negra (Vasconcelos, 2021, p. 36, 37).

No entanto, esse ideário de desigualdade racial ainda se faz presente em discursos subjetivos e que tendem a modelar o inconsciente de uma coletividade em busca de manter-se socialmente estável e desconecta das realidades e ideologias (Almeida, 2019). Cabe o discurso de King Júnior (2021), o qual afirma que o medo não pode ser o elemento paralisador das ações humanas, e que o amor por si e pelo outro deve ser o mote para a continuidade de toda a luta em prol de garantir a liberdade e a igualdade, impulsionando para que a coragem suplante o sentimento de paralisia.

Por fim, compreende-se a educação como elemento transformador e de empoderamento da mulher negra, todavia, ela necessita ser constituída de engajamento, liberdade e diálogo no intuito de se estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento de uma consciência crítica e transformadora da situação social existente. Para tanto, a permissividade e o silêncio mantidos desde a escravidão necessitam ser evitados, pois sem o estabelecimento de limites e a defesa livre de ideias dificilmente se fará possível alcançar qualquer processo de mudança social. Por esse motivo há urgência de lutarmos pela preservação do direito à liberdade e por uma educação que respeite e valorize a mulher negra. Nesse sentido, a educação pode ser um instrumento para mostrar as potencialidades que a mulher negra e empoderada dispõe a fim de auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade igualitária e justa, no intuito de garantir que as perdas existentes e impostas por uma sociedade branca e machista sejam definitivamente suplantadas como elementos de um passado que necessita ser relegado e questionado.

#### **4. A PESQUISA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA NEGRA: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA EM ESCOLAS**

A pesquisa é uma ferramenta essencial para o avanço do conhecimento e aprimoramento das práticas educacionais. No contexto do ensino da história e cultura negra, a pesquisa desempenha um papel fundamental na promoção de uma abordagem mais inclusiva e precisa. Ao examinar essa experiência, iremos analisar as metodologias utilizadas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados. Além disso, serão apresentadas reflexões sobre como a pesquisa pode ser aplicada de forma efetiva no ensino da história e cultura negra, visando uma educação mais inclusiva, crítica e reflexiva.

Neste capítulo, iremos explorar a importância da pesquisa como ferramenta para a melhoria do ensino da história e cultura negra, através da análise de uma experiência realizada em escolas. Investigaremos como a pesquisa pode contribuir para a desconstrução de estereótipos, valorização da diversidade étnico-racial e promoção da igualdade no ambiente escolar. Ao longo deste capítulo, veremos como a pesquisa pode ser uma poderosa aliada no processo de transformação do ensino, capacitando educadores e possibilitando que os estudantes tenham acesso a uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e promova a igualdade de oportunidades.

##### **4. 1. O Processo de Execução da Pesquisa em Tela**

Este capítulo debruça-se sobre o processo de análise da pesquisa. Por isso, tem como finalidade apresentar as etapas de imersão no *lôcus* de pesquisa, momentos nos quais foram realizados os primeiros encontros sobre o objeto de estudo, a serem descritos nas páginas a seguir, seguindo as etapas iniciais da metodologia da Pesquisa-Ação: fase exploratória, tema da pesquisa, hipóteses, seminário.

A temática desta pesquisa vem se aperfeiçoando ao longo do curso, contudo, é importante destacar que o seu início nasceu no “V Encontro de Negras e Negros do Pará” realizado no ano de 2000 na cidade de Belém-PA. Nessa ocasião conheci e dialoguei com representantes e defensores da cultura afro-brasileira, como professora Dra. Zélia Amador, Domingos Conceição, Nilma Bentes, dentre outros. Assim, em meio aos intervalos dos trabalhos ali desenvolvidos fui interpelado pela Dra. Zélia Amador, a qual, ao saber que sou da cidade de Tucuruí-PA, relatou que a vila de Alcobaça, que hoje é Tucuruí, havia sido fundada por uma mulher negra que fora escravizada, e ao fugir fundou inúmeros quilombos por todo o Baixo Tocantins, inclusive por Alcobaça.

Sai daquele encontro revitalizado e disposto a dedicar o máximo de tempo e esforço na busca por informações em documentos, artigos, dissertações, livros etc. Leituras que contribuíssem para a popularização da mulher negra que foi responsável para o grande contingente de homens e mulheres pretas nessa região. Em vista disso, estive presente nas seguintes comunidades Quilombolas: Crioulas, Rua do Fogo, Perdeneiras, Novo Alcobaca, Jutáí, Umarizal, Bailique, Araquembaué, Igarapé Preto, dentre outras. Assim, pude presenciar nesses quilombos as atividades desenvolvidas por seus habitantes que plantavam, criavam animais e faziam outras atividades, pessoas que descendiam de negros que fugiram do regime escravista. Sob esta ótica concordamos com Costa Lima (2013) que diz:

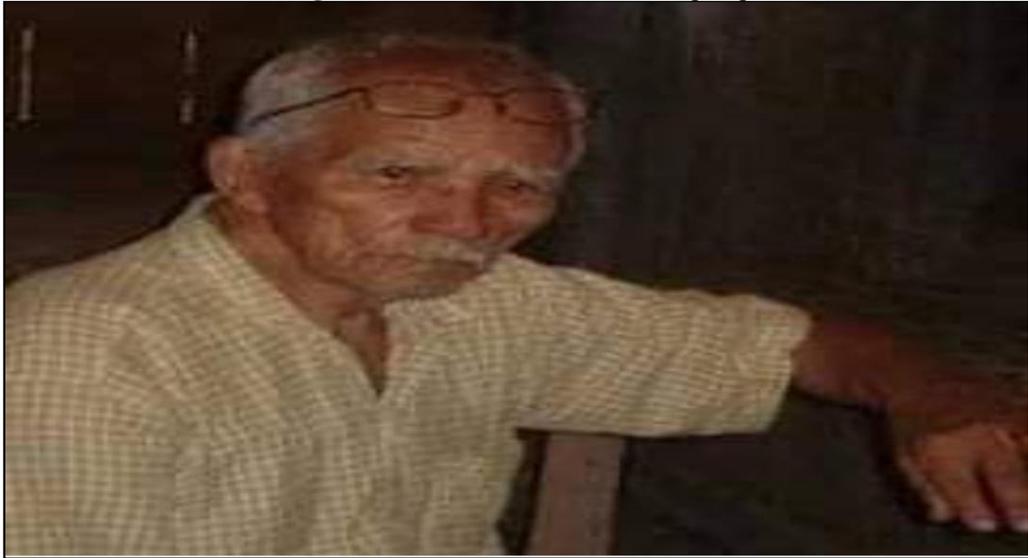
Defendo a educação quilombola, antirracista por acreditar que o Brasil não tem como se erguer verdadeiramente como nação, se não for elevando a população negra, e se não se aprender com a educação quilombola. E o Estado do Pará é um celeiro de quilombos, e para se valorizar é preciso reconhecer. a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais: problematizar os mecanismos que levam a exclusão e subalternização da população negra, para tanto a necessidade de apontar para o combate a democracia racial; ter a escola como um dos espaços de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais, chegando até aos processos de avaliação (Costa Lima, 2013, p. 5).

Para abrir esta análise gostaria de citar um pouco da história de vida do Sr. Manoel de Freitas Albuquerque, “*in memoriam*”, nascido no dia 12 de janeiro de 1917 (próximo ao período da “libertação dos escravizados” 13/05/1888, acontecida há apenas 29 anos) na Ilha de Tamanduá município de Cametá. Quando o conheci na Comunidade Quilombola de Umarizal tinha mais de 95 anos, todas as vezes que eu ia à vila, seu neto Melkesedeque já me levava à rede que ele se mantinha deitado, me identificava e começávamos a conversar. Tinha que falar um pouco alto devido a sua surdez e ele puxava pela memória e me contava as histórias que tinha escutado sobre a Felipa Aranha, tinha hora que ele dava uma pausa provavelmente puxando pela memória e continuava.

Seu Manoel me inspirou e contribuiu com informações que me ajudaram nos primeiros passos de escrivência do livro Felipa Aranha: a Guerreira da Amazônia, bem com a vida cotidiana do quilombo, pois ele chegou ainda novo e desenvolveu seu trabalho no sentido de sustentar sua família, tirando o sustento da terra, a pesca e a floresta; também tornou-se um dos comerciantes mais fortes da região e vivenciando toda a sua história na vila de Umarizal. O Sr. Manoel Freitas, um homem preto quilombola deixou sua marca e seu DNA, deixando um total de (25) vinte e cinco filhos, nasceram aproximadamente 117 netos, 168 bisnetos, e 36 trinets. Informações fornecidas por seus netos (Melkesedeque e Cleidione Freitas). Na imagem a seguir podemos ver o Sr. Manoel em uma foto que demonstra sua belíssima imponência, uma

de suas características que me fizeram admirá-lo.

**Imagem 8:** Sr. Manoel de Freitas Albuquerque



**Fonte:** Arquivo dos netos Melkesedeque e Cleidione Freitas.

Com o propósito de escrever sobre Felipa Aranha iniciei, ainda nos anos 2000, uma busca intensa por bibliografias que falassem de Felipa e, ao adentrar nas comunidades remanescentes de quilombos, aproveitava para investigar e coletar informações junto aos moradores mais antigos que pudessem me auxiliar através da história oral, nesse processo de conhecer a história da negra Felipa Aranha. Ao final do Curso de Pedagogia, no ano de 2003, produzi a monografia “Discriminação Racial do aluno negro na EMEF Julia Passarinho” no município de Tucuruí- PA, sob orientação do professor Dr. Gilmar Pereira. Esse foi o primeiro ensaio de muitos trabalhos que viriam no sentido de fortalecer a cultura ancestral afro-brasileira e levá-la para o Brasil e o mundo.

Nesse sentido, no ano de 2005 conclui o curso de aperfeiçoamento em “Formação em História e Cultura Afro-Brasileira” realizado pela ÀGERE Corporação em Advocacy. Fui participando ainda de seminários, encontros, formações, congressos, aperfeiçoamentos, especializações e hoje mestrado e, assim, fui ampliando meu conhecimento sobre a temática em curso. As imagens que seguem o decorrer deste relatório de pesquisa comprovam minha trajetória e participação nas diversas manifestações e seminários sobre a cultura negra.

Contribuindo com nossa análise, Moura (2022) diz que:

A finalidade da educação quilombola, segundo a autora, seria a de romper com uma longa história de alienação e exclusão étnica e racial que se inaugura com a formação forneceriam narrativas que remetem à memória e às histórias de vida que podem influenciar a formação de novas subjetividades de estudantes nesses territórios. O território e a territorialidade devem ser o ponto de partida para a construção de um processo pedagógico. Por fim, Carril (2017) atribui valor ético e político ao processo

educacional para que haja transformações não somente dos currículos escolares, mas, sobretudo, da cultura escolar (Moura, 2022, p. 8).

A citação de Moura (2022) aborda a importância da educação quilombola como um meio de romper com a história de exclusão étnica e racial que tem sido presente na sociedade brasileira desde sua formação. Para isso, a autora defende que as experiências educacionais devem ser baseadas na cultura dos sujeitos, fornecendo narrativas que remetam à memória e às histórias de vida dos estudantes, o que pode influenciar a formação de novas subjetividades.

Dessa forma, o território e a territorialidade devem ser o ponto de partida para a construção de um processo pedagógico que leve em conta as especificidades culturais e históricas das comunidades quilombolas. Isso implica em uma abordagem que valorize a diversidade étnico-racial e promova a igualdade de oportunidades. Assim sendo, o processo educacional deve ter um valor ético e político, visando não apenas a transformação dos currículos escolares, mas também da cultura escolar como um todo. Desse modo, é possível promover mudanças significativas na sociedade brasileira, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Logo que cheguei na comunidade, o presidente da associação me avisou que “o povo aqui é arredo tu vais ter que ganhar a confiança deles”, ao que respondi: “nisso eu sou mestre”. A partir daí comecei a desenvolver atividades junto aos membros da comunidade como pode ser vista na foto adiante. Na primeira casa que me hospedei, pois na Vila Quilombola de Jutáí não tem hotel ou pensão, fui indicado a me hospedar na residência de um morador chamado Fábio Luís, 53 anos, e logo no dia seguinte fui convidado para ir ao sítio ajudá-los a fazer farinha. A fabricação de farinha é uma atividade corriqueira no Baixo Tocantins e fonte de alimento para muitas famílias, como podemos ver na imagem a seguir:

**Imagem 9:** Produção de farinha de mandioca - Quilombo de Jutai Vila de Breu Branco PA.



**Fonte:** Compilação do autor.

**Imagem 10:** Primeira Formação Educação para as Relações Étnico Raciais (2013). Nesta foto à frente, professora Aliene, professor Oberdan Medeiros, professora Dra Conceição Bugarim, professor Rusevelt Santos.



**Fonte:** Samuel Rusevelt (2013).

**Imagem 11:** Rusevelt Santos e professora Anízia Primeira formação em Educação para as Relações Étnico-Raciais, ano 2013.



**Fonte:** Stefanni Santos (2013).

As imagens 10 e 11 referem-se à primeira formação em Educação para as relações étnico-raciais e sobre a Lei 10.639/2003, ocorrida no ano de 2013 durante a semana pedagógica. Essa formação foi realizada por mim em atenção ao convite da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC. Esse encontro foi pensado na intenção de fomentar o debate em torno da Lei 10.639/2003 e formar os profissionais da rede de educação a fim de permitir mudanças que valorizassem e empoderassem a população afrodescendente gerando respeito e empatia. Logo várias escolas abraçaram a causa, buscando formar além dos professores, formar também demais funcionários da escola comovigias, merendeiras, secretários e zeladores.

Com o tempo, passei a fazer visitas com mais frequência à Ilha das Crioulas, um dos quilombos fundados por Felipa Aranha e Maria do Piriá. A Ilha das Crioulas fica em frente à Perdeineira, recebeu esse nome por conta das pessoas pretas que habitaram ali. Essas pessoas lutavam para que os caçadores de escravizados não capturassem os quilombolas da região, sempre de olho na movimentação dos barcos no rio, preparando suas armas, e contribuindo com soldados guerreiros para o exército de Felipa. Diversas vezes os colonos, junto com os capitães-do-mato, atacaram os quilombos querendo capturar pessoas escravizadas para ganhar dinheiro, mas nunca obtiveram resultado, pois apesar do quilombo ser inferior nas armas, era resistente nas lutas corporais.

As visitas às comunidades quilombolas renderam os seguintes relatos:

A sociedade me classifica como negra, logo esse papo de uma só raça, socialmente, não tá valendo. A luta antirracista. Estou horrorizada com o tamanho do racismo que nos esmaga. Racismo que é um rastro de destruição em vários sentidos. Devemos também envolver também a defesa das questões indígenas (Marcelina Campos, 39 anos- líder quilombola da Vila de Perdeneiras que fica a 20 Km de Tucuruí PA e que luta para reconhecer sua comunidade como remanescente de quilombola, 2022).

Essa narrativa mostra a perspectiva de uma líder quilombola, Marcelina Campos, que reflete sobre a questão racial na sociedade. Ela questiona a ideia de que existe apenas uma raça e destaca a importância da luta antirracista. Marcelina também expressa sua indignação com o tamanho do racismo que afeta a sociedade e como isso causa destruição em vários sentidos. Além disso, ela enfatiza a necessidade de defender as questões indígenas e reconhecer as comunidades quilombolas. A fala de Marcelina revela a importância de se discutir e combater o racismo e a discriminação racial em todas as suas formas.

A fala de Marcelina reverbera muito as falas de Munanga (2001) sobre a necessidade de combate ao racismo na sociedade. Ele afirma que todos nós sabemos que o racismo é muito forte nos dias atuais, mas também cresce o nível de consciência sobre a necessidade de combatê-lo. Ele ressalta que a postura crítica de cada um de nós diante desta luta é de fundamental importância. O que mostra mais ainda a força que a fala de Marcelina carrega, uma vez que ambos pontuam as mesmas necessidades, a importância de combater o racismo, mas são mundos diferentes, realidades diferentes, são como dois rios que fazem percursos diferentes, mas desaguam na mesma foz.

Agora temos a fala de João Guilherme que demonstra o seguinte desejo:

Eu sempre quis fazer um estudo sobre a África. O que o mundo fez e faz com a África é desumano demais. A escola precisa dar mais visibilidade à História da África. A África não é só o que a mídia que atende aos interesses do capitalismo nos mostra (João Guilherme, 44 anos- liderança quilombola de Perdeneira, Tucuruí-PA, 2022).

A fala de João Guilherme revela uma preocupação com a forma como a África é tratada pelo mundo, bem como a falta de visibilidade da história do continente nas escolas e na mídia. Ele enfatiza que o tratamento dado à África é desumano e que é preciso mudar essa realidade.

Essa fala de João Guilherme ressalta a importância de se discutir e valorizar a história e a cultura africana, que muitas vezes são ignoradas ou estereotipadas pela mídia e pela sociedade em geral. É fundamental que a escola inclua em seu currículo o estudo da história da África, para que os estudantes possam compreender melhor a diversidade cultural do continente e os impactos históricos e sociais que ainda afetam muitos países africanos.

Assim sendo, podemos observar nas argumentações de João Guilherme a necessidade de

se questionar as narrativas dominantes que são apresentadas pela mídia e pelos interesses do capitalismo. É preciso buscar outras fontes de informação e valorizar as perspectivas e vivências dos povos africanos. Esse trecho de entrevista mostra de forma gigantesca a importância de se reconhecer e valorizar a história e cultura africana, bem como de se questionar as narrativas dominantes que muitas vezes perpetuam estereótipos e preconceitos em relação ao continente.

De igual modo temos a narrativa de Francisca que pontua:

Histórias, que tem como base de pesquisa e estudo as narrativas indígenas e africanas, este foi um dos motivos pelo qual me interessei pela formação (Francisca, 51 anos- moradora da Vila quilombola de Nova Alcobaga, Município de Breu Branco – PA).

A fala de Francisca destaca a importância das narrativas indígenas e africanas em sua formação e pesquisa. Ela mostra que essas histórias são valiosas e merecem ser estudadas e valorizadas. Ela ressalta a necessidade de se reconhecer a diversidade cultural e valorizar as diferentes perspectivas e vivências dos povos indígenas e africanos. É fundamental que essas narrativas sejam incluídas nos currículos escolares e nas pesquisas acadêmicas, para que possam ser conhecidas e valorizadas por todos.

Outro ponto que torna essas narrativas ainda mais rica é a latência que as palavras da narradora trazem da **Lei. 11. 645** sancionada em 2008. Essa lei é um marco importante na história da educação brasileira. Ela estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas de todo o país. Essa lei é uma forma de reconhecer a importância da diversidade cultural e étnica do Brasil e de promover a igualdade racial.

De igual modo, lei muito importante para pontuarmos nesse trabalho e nesse momento é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que é outra legislação importante para a educação brasileira. Ela estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, desde a educação infantil até o ensino superior. A LDB prevê que a educação deve ser pautada pelos princípios da inclusão, da diversidade e da equidade.

Ao unir essas duas leis, podemos perceber que o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena é fundamental para a promoção da diversidade e inclusão na educação brasileira. Além disso, a LDB reforça que a educação deve ser pautada pela equidade, ou seja, deve garantir que todos os estudantes tenham acesso ao mesmo conhecimento e oportunidades.

Dessa forma, é importante que as escolas brasileiras sigam as diretrizes estabelecidas pela Lei 11.645 e incluam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em seus currículos. Isso não só contribui para a valorização da diversidade cultural do país, mas também para a

formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Além disso, a entrevistada Francisca também destaca a importância de se ouvir e aprender com as comunidades quilombolas e indígenas, que muitas vezes são marginalizadas e ignoradas pela sociedade em geral. É preciso valorizar as histórias e saberes desses povos para que possamos construir uma sociedade, quiçá, sobre as bases de uma “igualdade racial”. É fundamental que essas histórias sejam incluídas nos currículos escolares e nas pesquisas acadêmicas, para que possamos compreender melhor a diversidade cultural do Brasil. Já está mais do que na hora de realmente colocarmos em prática o que preconiza a **Lei 10.639/2003**, que apesar de ter sido implementada pela **Lei 11.645/2008** ainda é mencionada como forma de simbolismo e resistência, se colocada em prática. Já passa dahora da história dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas fazerem parte realmente dos currículos, e deixar de serem apenas uma data comemorativa em nosso calendário.

Silva (2018) sobre essa questão pontua que:

Muita complexidade envolve as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e, é claro, não poderia ser diferente, nos ambientes escolares, universitários. Sem dúvida alguma, as políticas públicas estabelecidas pelas Leis 10639/2003 e 11645/2008 criam condições para que discriminações e racismos possam ser superados em escolas e universidades. A primeira foi regulamentada, pelo Conselho Nacional de Educação, respectivamente, por meio do Parecer CNE/CP3/2004, bem como pela Resolução CNE/CP1/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino e cultura Afro-Brasileira e Africana. A segunda o foi, por meio do Parecer CNE/CEB 14/2015 que trata de Diretrizes Operacionais para Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei 11645/2008 (Silva, 2018, p. 135).

Para Silva (2018), o motivo pelo qual a história dos povos africanos, afro-brasileiro e indígenas não estarem sendo trabalhados em sala de aula, não é mais a falta de políticas públicas e sim a falta de profissionais qualificados, a falta de comprometimento com educação étnico-racial. Silva (2018) pondera que se faz urgente que se examinem os cursos de graduação e formação continuada para que futuros professores aprendam a assumir posturas de combate ao racismo e outras discriminações; incluir conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares; promover a diversidade étnico-racial nas atividades pedagógicas; valorizar a identidade cultural dos alunos; capacitar os professores para lidar com situações de preconceito e discriminação; entre outras (Silva, 2018).

Durante o trabalho de campo quase todas as pessoas que nos concederam entrevistas falaram dessa necessidade de desenvolver atividades que destacassem mais a história e cultura Negra e Indígena. E quando participam de atividades que promovem essa temática se sentem influenciadas e motivadas, é o que podemos observar na fala da professora Edilene:

Eu também gostei muito da temática, porque a História da África é negligenciada em sala de aula. A aula de ontem me direcionou em minhas aulas hoje. O tema é muito interessante porque nos dá margem para mostrarmos uma África que não conhecíamos. Sei que é um continente e um país de uma riqueza imensa que nossos livros didáticos não nos mostram (Professora Edilene, 52 anos – Escola quilombola Escola de Educação Infantil e Fundamental Castro Alves de Crioulas - Setembro/2022).

A importância da temática da História da África em sua prática pedagógica é destacada pela professora Edilene. Ela ressalta que essa história é muitas vezes deixada de lado em sala de aula e que a aula que teve sobre o tema a orientou em suas próprias aulas. Ao falar disso, a professora Edilene destaca que o tema da História da África é interessante porque permite mostrar uma África que muitas vezes não é conhecida pelos estudantes. Ela enfatiza que a África é um continente de uma riqueza imensa que muitas vezes não é mostrada pelos livros didáticos. É fundamental que os estudantes tenham acesso a uma visão mais ampla e diversa da África, para que possam compreender melhor a complexidade do continente e valorizar suas culturas e tradições.

Os relatos exemplificam a perspectiva das comunidades expressas por suas lideranças acerca do racismo e da importância de uma formação escolar que dê visibilidade para a história do povo negro, mas não a contada pela representação do capitalismo, mas sim a história de resistência dos povos negros e da luta antirracista que contribuem para uma formação crítica e de pertencimento à cultura negra. Esses relatos evidenciam a necessidade de entrar nos quilombos, assim como nas periferias e nas favelas, com políticas de ações afirmativas, com titulação, com saúde, com o estatuto da Igualdade Racial, no intuito de construir consciência crítica usando a educação como espaço de disputas de narrativas, e que empodere a população negra ao despertá-la para a luta antirracista. Seguindo nesse propósito, desenvolvemos ações de conscientização para a entrada na Universidade Pública, tal como nos mostram as imagens abaixo:

**Imagem 12:** Diálogos sobre a importância de incentivar os jovens da comunidade quilombola a prestarem o vestibular/2022



**Fonte:** Compilação do autor

**Imagem 13:** Proposta de inserir no planejamento de ensino conhecimentos sobre a história de vida de Felipa Aranha para a comunidade quilombola de Jutai, Breu-Branco-PA. Aqui o presidente da APOVO Ademar Ribeiro de Sousa.



**Fonte:** Compilação do autor.

As imagens acima mostram duas das muitas ações que foram feitas na comunidade, tanto como forma de incentivo e encorajamento para que os jovens quilombolas se interessem pela vida acadêmica, quanto para discutir, aprender ensinar, uma troca de conhecimento. Durante as ações foram abordados muitos temas, como: racismo, preconceito, a história de Felipa Aranha, os medos e dúvidas e anseios dos jovens.

Em relação à seleção de conhecimentos na escola, alguns relatos viram com entusiasmo a proposta de incluir nas disciplinas escolares conteúdos relacionados à vida de Felipa Aranha

e demais representações negras:

Gratidão pela aprendizagem. No mais o conteúdo é muito rico, acho que caberia como uma luva nas aulas sobre África. Onde tem que assinar para trazer este conhecimento na escola aqui da Vila das Crioulas? (Igor, 62 anos- um dos líderes da associação quilombola de Crioulas (Setembro/2022)).

A fala de Igor destaca a gratidão pela aprendizagem e a riqueza do conteúdo apresentado. Ele enfatiza que o tema da África seria muito relevante para as aulas e questiona como pode ser feito para trazer esse conhecimento para a escola da Vila das Crioulas. Essa fala ressalta a importância de se valorizar a aprendizagem e o conhecimento, bem como de se buscar novas formas de trazer esse conhecimento para as escolas e comunidades. É fundamental que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que valorize a diversidade cultural e promova a reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos.

De igual modo, o líder da associação quilombola pondera sobre a importância do tema da África para as aulas, mostrando que esse conhecimento pode ser muito relevante para os estudantes. A fala de Igor destaca a importância de se valorizar a aprendizagem e o conhecimento, bem como de se incluir o tema da África nas aulas. É fundamental que as escolas e comunidades busquem novas formas de trazer esse conhecimento para os estudantes, para que possam compreender melhor a diversidade cultural do mundo em que vivemos e valorizar suas diferentes perspectivas e vivências.

Quanto às aulas, como presidente que sou, da associação, acho que cada educadortem sua metodologia e nunca vai agradar a todo mundo. Aqui somos um grupo diverso com bastante gente que veio de fora, então o que pode ser do conhecimento de uma pessoa, pode não ser para a outra. Portanto defendo os ensinamentos a respeito da História quilombola e de Felipa Aranha durante o ano todo na escola aqui da Vila (Zequinha, 46 anos - agente comunitário e presidente da Comunidade quilombola, um dos líderes da associação quilombola de Crioulas (Setembro/2022)).

A fala de Zequinha destaca a importância da diversidade e da metodologia dos educadores em relação às aulas. Ele ressalta que cada educador tem sua própria forma de ensinar e que nem sempre isso agrada a todos. Ele também destaca a importância dos ensinamentos sobre a História quilombola e de Felipa Aranha na escola da Vila das Crioulas. Ele enfatiza que esses ensinamentos devem ser constantes durante todo o ano letivo, para que os estudantes possam compreender melhor a história e cultura quilombola e valorizar suas tradições e perspectivas.

Em suma, a fala de Zequinha destaca a importância de se valorizar a diversidade e a metodologia dos educadores em relação às aulas, bem como de se incluir os ensinamentos sobre a História quilombola e de Felipa Aranha na educação. É fundamental que os estudantes tenham

acesso a uma educação que valorize a diversidade cultural e promova a reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos.

Dessa forma, podemos inferir que os relatos revelam a aceitação da proposta sobre a inserção de conhecimentos sobre a vida de Felipa Aranha no planejamento de ensino e a necessidade de implementação da mesma na estrutura curricular da escola, todavia, entendemos que esse é um processo que exigirá muito esforço e organização das comunidades quilombolas e demais movimentos e militância dos movimentos afro- brasileiros, NEABIS para que se concretize no âmbito institucional. Consoante com Moura (2022):

A literatura indica que há a necessidade de formação docente direcionada para atender escolas quilombolas, pois os docentes que não pertencem à comunidade sentem grandes dificuldades em compreender a realidade diferenciada dos alunos. (Moura, 2022, p. 15).

A aprovação no mestrado no ano de 2021 propiciou uma aproximação do tema de pesquisa com os educandos para sentir o efeito dos perfis empoderadores entre os alunos do Ensino Fundamental. Por essa razão, e a pedido dos diretores das escolas e alguns professores, iniciei uma série de formações levando conhecimento sobre Felipa Aranha, no sentido de formar estudantes que combatam o racismo e buscadores de valorização da cultura afro-brasileira, a fim de reescrever a história de luta e vida de Felipa Aranha, que atuou no quilombo de Alcobaça combatendo a vergonha que se chamou escravidão. As ilustrações abaixo mostram os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Arte no Quilombo:

**Imagem 14:** Participação no Projeto Arte no Quilombo na Comunidade Quilombola de Jutai em Breu Branco-PA.



**Fonte:** Samuel Rusevelt (2021).

**Imagem 15:** Atividade prática dentro do Projeto Arte no Quilombo aplicado na Comunidade quilombola de Jutai em Breu Branco-PA.



**Fonte:** Samuel Rusevelt (2019).

As imagens 14 e 15 mostram a aplicação do Projeto Arte no Quilombo na comunidade quilombola de Jutai no município de Breu Branco-PA. A realização do projeto exemplificado na primeira imagem contou com a participação na organização das irmãs Trindade (Edilene, Elilene, Lete), as mesmas são estudantes de Artes Visuais na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em Marabá-PA. Elas são mulheres pretas quilombolas e militantes da cultura no Estado do Pará.

A respeito do Projeto Arte no Quilombo destacamos os seguintes relatos:

Amo fazer parte dessa comunidade, como alguns aqui sabem sou deste Quilombo Jutai município de Breu Branco, cada material aqui compartilhado, cada capacitação aqui, serve de muito conhecimento e crescimento, não só para mim, mas também para todos deste território, deste município, pois compartilho com todos esses belíssimos trabalhos. Parabéns, professor e a todos deste Projeto Arte no Quilombo, membros que compartilham suas experiências. Meu muito obrigada (Professora Maria José, 41 anos - EMEIF – Escola de Novo Jutai, depoimento coletado em setembro/2022).

Quando analisamos a fala da Professora Maria José vemos que ela prima pela importância da comunidade quilombola e do **Projeto Arte no Quilombo** em sua prática pedagógica. Ela ressalta que cada material compartilhado e cada capacitação servem de muito conhecimento e crescimento, não só para ela, mas para todos os membros do território e município, mostrando a importância da colaboração e do trabalho em equipe.

A Professora Maria José mostra a importância do compartilhamento de experiências entre os membros da comunidade. Assim sendo, é fundamental que as escolas e projetos

promovam a colaboração e o trabalho em equipe, para que os estudantes possam compreender melhor a diversidade cultural do mundo em que vivemos e valorizar suas diferentes perspectivas e vivências. Em reforço a esse pensamento, uma criança ponderou “muito me honra suas palavras” (Falou G. T. - Uma criança de 10 anos no quilombo Jutaí. Projeto Arte no Quilombo. Outubro/2019).

Na fala a seguir da Professora Ana Cristina, temos uma visão de como é importante de se revelar histórias que muitas vezes são escondidas da sociedade brasileira, bem como de se incluir essas histórias na educação através dos livros. Ela ressalta que muitas pesquisas são arquivadas por interesses próprios, o que impede que essas histórias sejam conhecidas e valorizadas. Segundo a professora:

Bravo. Muitos acontecimentos são escondidos da sociedade brasileira e muitas pesquisas não chegam à educação através dos livros. A são Histórias que precisam ser reveladas e por interesses próprios continuam arquivadas (Professora, Ana Cristina, 54 anos) - EMEIF – Escola Novo Jutaí, em depoimento coletado em novembro/2022).

Segundo Adichie (2019) em seu livro "O Perigo de uma História Única", a história única pode afetar a forma como vemos outras culturas ao enfatizar as diferenças e não as semelhanças entre elas. Isso pode levar a estereótipos e preconceitos, além de limitar nossa compreensão da complexidade e diversidade das culturas (Adichie, 2019). A autora argumenta que é importante ouvir várias histórias sobre uma cultura para obter uma compreensão mais completa e precisa dela.

Quando ouvi essa fala da Professora Ana Cristina me lembrei imediatamente do livro de Adichie e do que autora aborda nele, ambos os pensamentos nos mostram a importância de se questionar as narrativas dominantes em relação à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, bem como de se incluir diferentes perspectivas e vivências na educação.

Além disso, a fala da Professora Ana Cristina destaca a importância de se revelar histórias que muitas vezes são escondidas da sociedade brasileira. Ela enfatiza que muitas pesquisas são arquivadas por interesses próprios, o que impede que essas histórias sejam conhecidas e valorizadas. É fundamental que essas histórias sejam reveladas e incluídas na educação, para que os estudantes possam compreender melhor a diversidade cultural e social e econômica do Brasil.

As falas evidenciam o contentamento das pessoas da comunidade que participaram do Projeto Arte no Quilombo. Por elas, percebemos a importância e o significado que ações como essas representam para a comunidade e contribuem para o processo de empoderamento da pessoa negra. Nesse sentido,

Os negros, a partir das lutas, dos trabalhos, conseguiram preservar e recriar sua cultura, mesmo com rupturas. Agora é preciso que não deixemos toda riqueza submergir. É necessária que seja explorado e expandido a história dessa cultura, principalmente nas escolas que é um espaço de construção e reconstrução de conhecimento, entre alunos e professores, para que possa continuar sendo preservada e praticada nos meios sociais (Castro, 2022, p. 119).

Seguimos com as atividades nas escolas e em outros locais sobre consciência negra apresentando sempre a trajetória de vida da negra Felipa Aranha. As imagens abaixo exemplificam esses momentos:

**Imagens 16 e 17:** As irmãs Trindade todas elas dentro do Projeto Arte no Quilombo resgatam o samba de Cacete como elemento empoderador junto a comunidade na Comunidade quilombola de Jutai em Breu Branco-PA. (todas as irmãs estão na universidade e seus maridos) e mãe e os filhos as acompanham nas atividades dentro da universidade



Fonte: Compilação do autor

A atividade Samba de Cacete praticada pelas irmãs quilombolas, reforçam a ideia que é preciso resgatar práticas culturais do povo ancestral do quilombo, pois através delas a comunidade se fortalece e esse fortalecimento vira empoderamento. Por conta disso, Moura (2022) argumenta que:

O currículo padrão tem se tornado uma ferramenta de regulação do conhecimento e das práticas educativas. Nesse sentido, os movimentos sociais criam inflexões para pensar sobre quais conhecimentos, culturas e valores são trazidos para esse modelo universalizado de escola, pois a concepção oficial de universalização da educação, aquela que apresenta currículo para todos, não permite pensar as especificidades dos currículos indígenas, quilombola e do campo (Moura, 2022, p. 10).

Moura (2022) infere que o currículo padrão pode limitar a diversidade de conhecimentos, culturas e valores presentes nas práticas educativas. É importante considerar que diferentes grupos possuem suas próprias formas de aprendizado e que a imposição de um

modelo universalizado pode excluir as especificidades dos currículos indígenas, quilombolas e do campo. Os movimentos sociais têm um papel fundamental em criar inflexões para repensar o papel da escola na sociedade e buscar uma educação mais inclusiva e diversa. Nas imagens 18, 19, 20 e 21 temos uma demonstração do que isso seria na prática:

**Imagem 18:** EMEF – Grão-Pará evento culminância da 4ª Consciência Negra.



**Fonte:** Compilação do autor

**Imagem 19:** EMEF – Grão-Pará premiação na culminância do evento



**Fonte:** Compilação do autor.

**Imagens 20 e 21:** EEEM – Ribeiro de Sousa Projeto Consciência Negra na Escola o ano todo



**Fonte:** Compilação do autor

**Imagens 22, 23 e 24:** EMEF – APF Escola Ana Pontes Francez. Projeto Integração da Consciência Negra – Compartilhando Saberes, Dividindo Experiências. Novembro de 2022.



**Fonte:** Compilação do autor

As imagens de 22, 23 e 24 exemplificam as atividades desenvolvidas nas escolas de ensino médio Raimundo Ribeiro de Sousa e Ana Pontes Francez referentes ao dia da

consciência negra. Nessas atividades a história de Felipa Aranha é apresentada para a comunidade estudantil, professores e equipe técnica de forma que tenham ciência das origens da cidade e da importância da luta antirracista na formação e constituição de nossa cidade. A importância de ações como essas está evidenciada nos relatos seguintes:

Uma história de luta e re(e)sistência. Costumo dizer que mulheres como Felipa Aranha não são guerreiras, são a força motora necessárias para que outras mulheres possam ver que é possível uma nova realidade, que é possível unir forças, como diz Paulo Freire ESPERANÇAR. Gratidão pela partilha da tua história. (Professora Deise Medeiros, 43 anos - Diretora da EMEF – Grão Pará depoimento coletado em novembro/2022).

Temos na fala da Professora Deise Medeiros um relato que pontua a importância da história de luta e resistência de mulheres como Felipa Aranha. Ela ressalta que essas mulheres não são apenas guerreiras, mas também a força motora necessária para que outras mulheres possam ver que é possível uma nova realidade e unir forças. Essa fala mostra a importância de se valorizar as histórias de luta e resistência das mulheres, bem como de se inspirar em suas trajetórias para promover mudanças sociais. É fundamental que as mulheres tenham acesso a exemplos de outras mulheres que lutaram por seus direitos e transformaram suas realidades, para que possam se sentir encorajadas a fazer o mesmo, isso é a real essência do termo “empoderamento feminino”.

Além disso, a narrativa da Professora Deise Medeiros destaca a importância da esperança na transformação social, citando Paulo Freire. Ela enfatiza que é possível unir forças e promover mudanças, mesmo diante de situações difíceis. É fundamental que as pessoas tenham esperança em um futuro melhor e trabalhem juntas para construí-lo.

Para essa professora é fundamental que as escolas incluam em seu currículo exemplos de mulheres que lutaram por seus direitos e transformaram suas realidades, para que os estudantes possam se sentir encorajados a fazer o mesmo.

Gratidão pela partilha da tua história. Estou horrorizada com o tamanho do racismo que nos esmaga. Racismo que é um rastro de destruição em vários sentidos (Professora Márbia, 39 anos - EMEF – Grão-Pará).

É inadiável que a secretária de educação de Tucuruí busque construir um planejamento que insira os valores e a cultura quilombola no currículo, fortalecendo e estimulando as pessoas do quilombo a cada vez mais resistirem para que nossa cultura passe de geração a geração. Como pesquisador quilombola, desejo que o projeto político pedagógico e as ações das EMEF APF passem a integrar as proposições metodológicas de ensino entre todos da comunidade, para que esses valores e saberes, sejam preservados (Professora Maria Madalena, 42 anos - EMEF – Ana Pontes Francês entrevista coletado em setembro/2022).

A fala da Professora Maria Madalena destaca a importância de se inserir os valores e a cultura quilombola no currículo escolar, bem como de fortalecer e estimular as pessoas do quilombo a resistirem para que essa cultura seja preservada de geração em geração. Ela ressalta que, como pesquisadora quilombola, deseja que o projeto político pedagógico e as ações das escolas passem a integrar as proposições metodológicas de ensino entre todos da comunidade e principalmente fora dela.

Silva e Silva (2005) falam sobre essa questão. Para as autoras:

A educação no Brasil, sob a ótica étnico-racial, somos levados a tratar da desigualdade e da exclusão, no que tange ao acesso aos bancos escolares, vivida pela população não-branca. Por mais de duzentos anos, os africanos escravizados não tiveram nenhum tipo de oportunidade de estudo formal. Inicialmente, o processo de alfabetização dos negros se deu em base de atos de caridade e, quando muito, de filantropia. Já passa da hora que tenhamos uma educação pensada e desenvolvida para essas questões, precisamos de um currículo que contemple de igual modo essas questões (Silva e Silva, 2005, p. 195).

Dessa forma, com base na fala da professora e pesquisadora Maria Madalena e segundo as autoras, se faz necessário que os currículos sejam repensados, sejam reformulados, e que a população negra e quilombola tenham representantes que atuem na reformulação desses currículos. É urgente que os currículos sejam descolonizados, que tragam em sua essência a valorização da cultura e os saberes quilombolas. É fundamental que as escolas reconheçam e valorizem a diversidade cultural do país, promovendo a reflexão crítica sobre a sociedade em que vivemos.

As falas que lemos enfatizam o quão é essencial que se faça conhecida a real história de nossas origens e a centralidade do povo negro nesse processo, em particular da mulher negra, para a construção de uma identidade negra que estimule a criação de consciências críticas em relação a história que é tida como oficial, que passe a ser objeto de questionamento e que se estabeleça um diálogo no sentido de reivindicar que esse conhecimento faça parte do conhecimento oficial aqui na região por meio do currículo, como bem ressalta a professora Maria Madalena em seu depoimento.

Em vista disso, a proposta de usar a história de vida Felipa Aranha e sua trajetória como mulher negra que travou lutas físicas e ideológicas no combate ao escravismo, e ao racismo é fundamental. Dessa forma, partimos para a realização da primeira etapa da Pesquisa-Ação, isto é, a fase exploratória. Nessa etapa identificamos o campo de pesquisa, os sujeitos participantes da investigação, a situação que necessita de intervenção, bem como os problemas e possíveis soluções para a realização do estudo em curso. Assim, realizamos reuniões com a comunidade para expor a proposta de pesquisa. A partir disso, fizemos uma escuta coletiva para encontrar

pontos essenciais que auxiliem no processo de identificação de questões que envolvem essa etapa de pesquisa. As imagens abaixo mostram o início da pesquisa:

**Imagem 25:** Reunião de apresentação do Projeto Felipa na Escola EMEF Manoel Carlos



Fonte: Compilação do autor

**Imagem 26:** Entrega/ doação dos livros a serem usados no desenvolvimento do projeto na EMEF - Manoel Carlos



Fonte: Samuel Rusevelt (2021)

**Imagem 27:** Atividade lúdica e teatral do livro “Felipa Aranha – a guerreira da Amazônia”



Fonte: Compilação do autor

A fase exploratória consistiu em conhecer o *lôcus* de investigação e os sujeitos envolvidos no processo da pesquisa e que permitiu fazer o diagnóstico inicial da situação. Nessa etapa apresentamos a proposta de pesquisa e dialogamos com a comunidade escolar sobre o projeto de pesquisa resultando nas seguintes definições: a necessidade de reformular o currículo a partir da escuta de lideranças quilombolas, professores, pesquisadores com a participação dos atores urbanos e rurais; aquisição de livros e materiais didáticos empoderadores e que façam a abordagem positiva da população negra; formação continuada dos trabalhadores em educação; a comunidade escolar (alunos, professores, técnicos), juntos no enfrentamento cotidiano ao racismo e ao discurso de ódio vivenciados, muitas vezes, no espaço escolar.

Por fim, a partir das discussões, também foram definidos os próximos passos para a execução e implementação da pesquisa, tais como: ministração de oficinas pedagógicas para que professores, direção e supervisão tenham conhecimento sobre a vida de Felipa Aranha, utilizando materiais de minha autoria e também outras fontes que discorram acerca da temática de estudo; ministrar oficinas pedagógicas para as turmas de 8º ano do turno da tarde na escola Manoel Carlos. As oficinas foram ministradas aos professores das disciplinas de

Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Inglês, Sociologia, Religião, Ciências. O objetivo fundamental é contribuir para a exercício de uma educação libertadora e antirracista.

#### **4. 1. Festival Felipa Aranha mais um passo de grande mobilização**

O Festival Cultural Felipa Aranha foi organizado por muitas mãos e corações militantes do movimento negro em Tucuruí e região que tinham o desejo de trazer à luz da verdade conhecimentos a respeito de D. Maria Felipa Aranha e intercruzar informações produzindo um debate cultural, acadêmico, educacional para que pesquisadores e educadores tenham base teórica, educacional e metodológica para ampliar a inserção de conteúdos a educação para as relações étnico raciais.

Para que o Festival fosse um sucesso era preciso agendar espaços nos meios de comunicação de massa, rádio, TV. Criar redes de solidariedade e divulgação, redes sociais e organizar grupos em WhatsApps, Facebooks, Instagram, Tiktok, entre outros, juntando os agentes interessados que este festival acontecesse. Diante dessa situação, convidei os agentes integrantes do Movimento Negro Tucuruí – MNT, para uma reunião de planejamento, divulgação execução do festival Felipa Aranha. A reunião aconteceu em minha residência na rua Santo Antônio, no Bairro da Jaqueira, em Tucuruí PA.

**Imagem 28:** Primeira reunião de elaboração do Festival Cultural Felipa Aranha



**Fonte:** Samuel Rusevelt

A imagem da primeira reunião de elaboração do Festival Cultural Felipa Aranha. Estiveram presentes da esquerda para a direita: Daniel Ogã, Elane Carvalho, Rosana Alencar

representando os terreiros de Candomblé e Umbanda; Maria Garrido, representante da Cabana Cultural - um ponto de cultura alternativa em Tucuruí e da Capoeira; as irmãs Sandra e Célia Trindade, representantes das Crespas e Cacheadas - movimento de resistência ao alisamento do cabelo e de fortalecimento da cultura afro-brasileiro em nossa cidade; Rusevelt Santos, escritor e representante do Movimento Negro em Tucuruí e região; Maria do Socorro, representante da Cabana Cultural e da Capoeira; e Victória Régia, representante do movimento negro jovem em Tucuruí. A primeira etapa foi de planejamento, a segunda foi de distribuição das tarefas para pôr em prática a realização do festival. Aos poucos outras pessoas vieram somar ao grupo como: Dr. Daniel Fernandes, Dra. Natália, Dra. Viviane Santos, contribuindo para que o Festival fosse um sucesso.

**Imagem 29:** Cartaz de divulgação do Festival elaborado por Victória Régia usando a arte de Jean Tattoo



Fonte: Cartaz elaborado por Victória Régia

O Festival Cultural Felipa Aranha durou 21 dias. Durante esses dias uma intensa programação acontecia em vários lugares da cidade e de Tucuruí, e em alguns momentos o Festival extrapolou as fronteiras da cidade quando, por exemplo, uma atividade de palestras e apresentação cultural foi desenvolvida na Comunidade Quilombola de Jutaí, município de Breu Branco-PA.

A atividade intitulada: ESPETÁCULO DE DANÇA FELIPA ARANHA: O Diamante Negro polido às margens do rio Tocantins, aconteceu na Sede do SINTEPP no município de Tucuruí PA. O Espetáculo foi realizado em duas cidades Breu Branco, na Vila Quilombola de Jutaí, e no espaço cultural Bar Recanto Verdes Mares, no dia 21 de novembro. E em Tucuruí,

no Ginásio Poliesportivo Ismaelino Moreira Pontes, no dia 27 de novembro de 2021, encerrando as programações do Festival. Na imagem abaixo vemos os integrantes da Cia de dança Chão Estrelado:

**Imagem 30:** Participantes Cia de Dança Chão de Estrelas, vestidos com as indumentárias do espetáculo.



**Fonte:** foto de Samuel Rusevelt. Estão presentes nesta foto agente cultural Rusevelt Santos, os bailarinos: Mariandersom Sousa, Estilista Concita Lisboa, bailarina Natália Rocha que representava Felipa Aranha adulta, Bailarino Jacksom Chagas, produtor cultural Eliel Lucena

Durante o Festival Cultural Felipa Aranha, muitas atividades foram desenvolvidas, dentre elas o Espetáculo de dança. Texto base para o espetáculo: *FELIPA ARANHA A GUERREIRA DA AMAZÔNIA*. Livro Histórico literatura paraense do escritor Rusevelt Silva Santos.

O festival foi de grande importância para que pudéssemos começar a desenvolver a ideia de uma educação voltada para o ato do que Sobrinho, chama em sua dissertação de mestrado, como: “o recontar do que foi dito” (Sobrinho, 2019, p. 79). Para a autora, desde sempre os que escreveram a história tida como “oficial” tentam apagar a participação dos negros na construção da história do município de Cametá, seja nos livros didáticos, nos memoriais dos túmulos dos que lutaram contra a cólera *mormon*, na praça que enaltecem “os notáveis”, a autora diz que mesmo diante de tudo isso, os negros deixaram rastros que foram e estão sendo seguidos por seus descendentes, que a história começou a ser recontada, e já está sendo reescrita e que “faz-se necessário pontuar que não importa em que paredes ideológicas a representação imagética dos negros estejam. Sempre haverá a marca do lugar

a ser preenchido” (Sobrinho, 2019, p. 123). Foi isso que o festival nos proporcionou. A história está sendo recontada e reescrita.

No trecho a seguir, temos os depoimentos de algumas participantes que foram indagadas sobre: Qual a importância do Festival Felipa Aranha para a educação das relações étnico raciais para as escolas na cidade de Tucuruí?

O festival é muito importante não apenas para as escolas, mas também para a cidade de Tucuruí como um todo. O festival acaba por desempenhar um trabalho referente à EREER que não acontece de modo institucional através da SEMEC. Embora conste no conteúdo à ser trabalhado no ano letivo, pelo menos da séries iniciais, tópicos que têm por objetivo o cumprimento da Lei 10.639/ 2003, o que se percebe nas escolas, é o trabalho acontecendo através de eventos pontuais, principalmente no dia da Consciência Negra, seja envolvendo a escola toda ou apenas alguns professores, não que isto não seja importante, é sim, mas não é o suficiente para constituir uma EREER efetivamente. O festival então vem como uma provocação de extrema relevância pois desde o nome "Felipa Aranha" já nos obriga a questionar e refletir sobre a personagem na história de Tucuruí e região, quem foi Felipa Aranha? Porque o seu nome num evento que trata sobre as relações étnico-raciais na cidade de Tucuruí? O personagem já traz no nome uma quebra no padrão histórico ensinado nas escolas, que geralmente tem a figura masculina como referência, para feitos importantes sobretudo que tenha importância na história, outro detalhe interessante é o Aranha, como referência não simplesmente a um sobrenome mas também à capacidade de articular, traçar teias e planos que fizeram toda a diferença na história de Tucuruí e região. Trazer Felipa Aranha como nome de um evento que tem por objetivo discutir a EREER em Tucuruí, nos traz de antemão a lembrança, perturbadora para muitos, de que esta cidade não começou com a implantação da UHT : Usina Hidrelétrica de Tucuruí e nem mesmo só com a Estrada de Ferro Tocantins, eventos importantes que transformaram a cena regional, mas que destaca apenas um viés da história, ou seja, o do branco, colonizador, é preciso lembrar veementemente que somos Amazônia, portanto houveram aqui de maneira fundamental, a participação de negros e indígenas na construção de nossa história local, existindo, resistindo e se impondo. Como o Pará pode ser um dos estados com mais comunidades de remanescentes quilombolas, inclusive na região da TransCameté sem que possa destacar a presença do povo preto e indígena na história local? O Festival Felipa Aranha, portanto, provoca por meio da sua simples realização, na maioria das vezes sem nenhum apoio institucional, o papel de gritar a existência do outro viés da história que não seja tão somente o do branco colonizador, viés este que percebemos uma intenção de ser apagado e silenciado, mas que persiste, luta e resiste. (Professora Maria do Perpétuo Socorro Silva de Sousa, 2022).

Professora Maria do Perpétuo Socorro Silva de Sousa, militante das causas afro e indígenas, ajuda a construir a resistência negra em nossa cidade. Licenciatura em Pedagogia pela UFPA, Mestra Interdisciplinar em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia pela UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - PDTSA UNIFESSPA), Professora Efetiva na Prefeitura Municipal de Tucuruí, Pedagoga Efetiva da Secretaria

Estadual de Educação do Pará, Instrutora pela ABADÁ - CAPOEIRA (Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira), Coordenadora do Espaço Cabana Cultural, espaço de acolhimento e valorização de artes alternativas, localizado no cais/orla do município Tucuruí. Acreditamos que debates como esses trazem um pouco de luz à discussão.

O Festival muito importante para as questões das relações étnico raciais, por que além de ressaltar a importância e o legado da Felipa Aranha conta também a história dela que é intrinsicamente ligada à história de Tucuruí, muitas vezes, não é muito divulgada e não é conhecida a importância para divulgação e do reconhecimento da História no município de Tucuruí. E se tratando do contexto escolar, permite que crianças e jovens do nosso município possam conhecer a história que muitas vezes é deixada de lado. Então eu vejo como de fundamental importância para que possa divulgar, ampliar esse conhecimento sobre a Felipa (Jhécica dos Santos Barros é Licenciada, 2022).

Professora Jhécica dos Santos Barros é licenciada em Biologia pelo IFPA e Pós-graduada em Anatomia Funcional. Foi uma das Palestrantes no festival Cultural Felipa Aranha e já há algum tempo é militante do movimento negro em nossa cidade.

Com relação às escolas, houve sim um movimento pra que escolas, embora tímido eu preciso colocar isso pra você porque as escolas infelizmente nós precisamos adentrar às escolas quando a gente convida, as escolas não vão, eu vejo que o tema é um tema que muitos professores não dominam e nem tem interesse em dominar então eles acabam de uma certa forma boicotando, aí as escolas acabam não boicotando esses espaços. Você lembra quanto tempo faz que nós fazemos programações dentro de Tucuruí? As vezes tem até ônibus para levar as escolas para os eventos (referindo-se ao segundo encontro de negras e negros de Tucuruí). eu mesma já levei os alunos umas 3 vezes, se não tiver alguém dentro da escola pra fazer esse movimento ele não acontece. Eu percebo que o Festival Cultural Felipa Aranha deu visibilidade a educação para as relações étnico raciais em Tucuruí. Os comentários dentro das escolas que em Tucuruí existiu uma mulher guerreira, preta que lutou com todas as suas forças para combater a escravidão em pleno século XVIII, que de reminiscência de quilombos, e que tem uma importância cultura e educativa para o povo de Tucuruí que ajudou nesta formação social que temos aqui então chegamos a conversar sobre esses assuntos dentro das escolas, eu percebo que houve um avanço com o lançamentos dos seus livros é preciso adentrar mais nas escolas e falar sobre ela sobre seu legado para o povo ainda mais eu acredito que é mais momentos como o que houve dentro do ginásio poliesportivo nos lugares públicos para que o nome e legado, relacionado ao contexto socio cultural o festival deu um impulso para educação para as relações étnico raciais em Tucuruí (professora Rosana Alencar, 2022).

Rosana Alencar, professora, mestranda do PPGEDUC- UFPA Tucuruí-PA, ajuda na construção da ERER Educação para as Relações Étnico Raciais desde a Primeira Consciência Negra realizada em Tucuruí da EMEF Francisco de Assis Rios em 1999. Participa ativamente da construção da agenda de fortalecimento da cultura afro brasileira demonstrando, dessa forma, que Felipa Aranha tem papel essencial no processo de aprendizagem de heroínas negras para que os jovens educandos tenham maior valorização da cultura afro brasileira.

O Festival Felipa Aranha permite o contato com a cultura afro-brasileira e africana possibilitando aos alunos vivenciarem e se sentirem pertencentes conhecendo suas origens. O Festival é elemento significativo na valorização da cultura afro-brasileira em nossa cidade, cultura essa não falada nas escolas e que precisa ser difundida de forma ativa. Conhecer sua ancestralidade, perceber em seu cotidiano os elementos afro-brasileiros nos coloca à frente da potência da cultura negra. Cultura essa que foi estereotipada, inferiorizada pelo colonizador. O Festival lança na perspectiva decolonial a valorização dos saberes "outros" (Professora Maria Leonice Andrade de Almeida, 2022).

Professora Maria Leonice Andrade de Almeida 43 anos – Pedagoga Mestranda do PPGEDUC- UFPA, Tucuruí-PA, já observa que o sentimento de pertença pode ser despertado no alunado, uma vez que possibilita aos discentes um contato mais apurado coma temática, levando-os à curiosidade de conhecer mais, combatendo, assim estereótipos discriminatórios.

Com Felipa as escolas trazem também às mulheres e sua camada de diversidade, mulher, preta, negra, quilombola, um ser de suma importância na construção da sociedade, ainda sim muito desvalorizada, desrespeitada numa sociedade machista, mas a mulher pode ser o que ela quiser. Muitas vezes a desvalorização e a falta de credibilidade vêm do ensino de uma sociedade patriarcal. Se faz necessário a voz feminina ecoar forte por condições iguais dignas de salário, jornada de trabalho. Hoje o ser mulher sofre muitos tipos de violência: doméstica, física, moral, verbal e intelectual. Portanto, a sociedade precisa reconhecer seu potencial, seu verdadeiro valor e sua grandeza.

## RESULTADOS

A Educação e a Cultura como ferramentas para preservar o legado de Felipa Aranha do quilombo de Alcobaça. O objetivo da pesquisa foi analisar como as ações educativas e culturais realizadas no quilombo e na escola contribuíram para o reconhecimento e a valorização da identidade, da história e da memória das mulheres negras, tendo como referência a figura de Felipa Aranha, líder quilombola que resistiu à escravidão e à opressão no século XVIII. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação participativa, envolvendo a comunidade quilombola, os estudantes, os professores e os pesquisadores em diversas atividades, tais como: palestras, oficinas, rodas de conversa, exposição fotográfica, produção de textos, dentre outros.

Os resultados indicam que as atividades realizadas foram bem sucedidas em promover a sensibilização e o engajamento da comunidade local nas discussões sobre a importância do empoderamento da mulher negra na educação e cultura. Os participantes relataram maior compreensão sobre as questões de gênero e raça, além de maior valorização da cultura afro-brasileira. Além disso, a pesquisa revelou que as ações interventivas, palestras e oficinas, foram capazes de estimular a criação de novos projetos e iniciativas na comunidade, como grupos de estudos e debates, eventos culturais, oficinas de artesanato e culinária afro-brasileira, entre outros. Essas atividades contribuíram para fortalecer os laços comunitários e promover o diálogo sobre questões importantes relacionadas à identidade e ao empoderamento da mulher negra.

Dessa forma, inferimos que os resultados da pesquisa indicam que as ações interventivas, palestras e oficinas foram fundamentais para aumentar a familiaridade com as questões relacionadas ao empoderamento da mulher negra na educação e cultura. Essas atividades foram capazes de promover mudanças significativas na comunidade local, estimulando o engajamento em novos projetos e iniciativas que valorizam a diversidade étnico-racial e promovem a igualdade de oportunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos inferir com base na pesquisa que foi feita até o presente momento é que: sem dúvidas a trajetória de vida de Felipa Aranha deixou muitos rastros que levam ao empoderamento da mulher quilombola e da mulher negra, em suas comunidades, mas quanto ao nosso objetivo que era dentro da rede básica de educação de Tucuruí-PA, os dados ainda são insuficientes para inferirmos e detalharmos quais são, suas características e traçar um perfil.

Quanto à sistematização das ações de empoderamento da mulher negra a serem desenvolvidas nas escolas da rede de educação básica de Tucuruí a partir do legado de Felipa Aranha, como foi demonstrado através das imagens, muito já foi feito, foram diversas ações, várias palestras, e projetos que foram e estão sendo realizados; como foi mencionado pela professora Maria José. Mas cabe pontuar que tudo o que foi realizado até o presente momento, é pouco, diante do que intentamos, e diante do que se precisa fazer. Porém acreditamos que os primeiros passos foram dados, o caminho já começou a ser percorrido, e os resultados já começam a surgir.

No que diz respeito às questões étnico-raciais e os currículos, inferimos que é fundamental que os projetos políticos pedagógicos e as ações das escolas passem a integrar as proposições metodológicas de ensino entre todos da comunidade, para que esses valores e saberes sejam preservados. É importante que as escolas incluam em seu currículo exemplos de mulheres que lutaram por seus direitos e transformaram suas realidades, para que os estudantes possam se sentir encorajados a fazerem o mesmo.

Mediante a fala de nossos entrevistados, podemos perceber que a educação possui o papel de romper com os paradigmas impostos por uma sociedade racista, permitindo assim que se realize um processo histórico de reparação e reconhecimento do outro que destaque a importância da educação na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo, bem como da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Para isso, a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa ainda possui alguns caminhos a serem percorridos. O combate ao racismo se efetiva por meio das ações conjuntas de toda a sociedade, necessitando iniciar-se desde os processos educacionais nos âmbitos iniciais da vida escolar, alcançando o sentimento de pertencimento e de valorização de um povo por si, gerando assim o processo de transformação que transpõe as barreiras dos guetos e demonstra a toda a sociedade o real papel de todos.

As normativas educativas em prol da inclusão do povo negro no contexto histórico do país não se mostraram suficientes, necessitando que os próprios movimentos sociais e culturais

intervissem demonstrando o valor de seu povo e a importância da aceitação e do reconhecimento de si para se alcançar a representatividade diante dos demais.

Assim, as práticas educativas antirracistas não se constituem unicamente por meio de instrumentos normativos, mas através de toda uma sistemática de classe que reconhece em si o seu papel diante da sociedade, do mesmo modo que valora sua ancestralidade e o legado que deixa para a posteridade.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64p. Disponível em: <[https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamentoao-racismo/obras\\_digitalizadas/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_2019\\_o\\_perigo\\_de\\_uma\\_historia\\_unica.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamentoao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_2019_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf)>. Acesso em: 12 mai. 2023.
- AMARAL, Assunção José Pureza. **Caminhos negros e afrodescendência na Amazônia**. Entre rios e as florestas da Amazônia. Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: Subsídios para a Lei, 10639/03 / organizadores Marilu Marcia Campelo; ARAÚJO, Débora Cristina de. A Educação das Relações Étnico-Raciais: Histórico, Interfaces e Desafios. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, v. 21, n. 41, p.127-145, jan./jun. 2015.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVES, Davidson Martins Viana. Comunidades quilombolas para a área de Letras: levantamento bibliográfico do português preto de um Brasil Multilíngue. *In: SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento; ARRUDA, Larissa de Souza; ALVES, Davidson Martins Viana; BARROS, Isabela Calafate de. (org.). **Línguas e Culturas: Contatos, Conflitos, Nomadismos**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2018. p. 87-120.*
- ARAÚJO, Débora Cristina de. A educação das relações étnico-raciais: histórico, interfaces e desafios. *In: **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**. Campo Grande, MS, v. 21, n. 41, p.127-145, jan./jun. 2015.*
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil. **Revista Contemporânea**, v. 8, n. 1, p. 163-191, jan.-jun. 2018.
- BAIÃO, Wendel Menezes Graduado Baião. Música e letra: **Felipa Aranha em ritmo de Banguela**, 2021.
- BARBOSA, Carlos. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura e ocupação de terra na calha do rio**. Dissertação (mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. Um balanço sobre a produção da história da educação dos negros no Brasil. *In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 19-70.*
- BARROS, Zelinda dos Santos; SANTOS, Marta Alencar dos. **Educação e Relações Étnico-raciais**. Brasília: Ministério da Educação; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatores: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Relatora), Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo e Marília Ancona-

Lopez. Brasília, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas** - Informação Demográfica e Socioeconômica, 2ª Ed. n. 48, 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html> > Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnicorraciais e para o ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa de 1998**. Brasília, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Ideologia Tortuosa**. 18 ago. 2008. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ideologia-tortuosa/>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CASTRO, Érica S.; ALBUQUERQUE, Marilene, M.; OLIVIA, N.; SILVA, Neyse Arlene A. Quilombo na Amazônia: negros resistentes nas terras paraenses. *In*: AMARAL, José P. A. **Quilombo now: dossiê da Black Amazon**. Vol. 2. Castanhal-PA: UFPA, Faculdade de Letras; Faculdade de Pedagogia, 2022. 204p.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

COSTA LIMA, Ivan. Mulheres Negras e Educação: memórias, histórias e proposições pedagógicas antirracistas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 10 ed. (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012-2013.

CRUZ, Mariléia dos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. *In*: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 19-70.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICO, Roberta Maria. Identidade negra: as abordagens dos estudos culturais e da

afrocentricidade. Pensando África e suas diásporas – **NEABI-UFOP**, Mariana/MG. V. 1+,n. 1, p.51-64, jan/jun 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufop.br/pensandoaafricas/article/view/1357/1095>>. Acesso em: 20 març. 2023.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**, 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (1989). p.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Editora: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino e Silva, Petronila Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. [S.l.]: **História Unisinos**, 2006. p.282.

GOMES, Flavio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015, p. 17.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Raimundo Jorge M. de; DE DEUS Zélia Amador. Belém: UFPA: Gean 2014.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KING JÚNIOR, M. L. **A dádiva do amor**. São Paulo: Planeta, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um Conceito antropológico**.14ª Ed. Editora Zahar. Riode Janeiro. 2001.

LORDE, A. **Irmã Outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MEDEIROS, Lucineide Barros; RAMOS, Luciana da Silva. In: SOUZA, Elio Ferreira de; SILVA, Iraneide Soares da; MIRANDA, José Bispo de; MELO, Cláudio Rodrigues de. (orgs.). **História e Cultura Afrodescendente**. v. 8. Teresina: FUESPI, 2018. p. 195-210.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 9-30.

MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Áurea Francisca Sales da; SANTOS, Carlos Daniel da Silva. Escola, militarismos e as relações étnico-raciais na sociedade contemporânea. In: SOUZA, Elio Ferreira de; SILVA, Iraneide Soares da; MIRANDA, José Bispo de; MELO, Cláudio Rodrigues de. (org.). **História e Cultura Afrodescendente**. v. 8. Teresina: FUESPI, 2018. p. 312-326.

MONTELLO, Josué. **Os Tambores de São Luis**. Editora Nova fronteira. 6º Edição, 1985.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarcado Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 95-115.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabenguele. **Superando o racismo na escola**. 3ª. ed. Brasília: ministério da Educação, secretaria da educação de ensino fundamental. 2001.

NEGREIROS, Dália Fernandes de. **Educação nas Relações Étnico-raciais: avaliação da formação de docentes**. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2017.

PAGLIOSA, Marcelo. História da Educação da População Negra. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. (org.). **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte**. Curitiba: UFPR: ABPN, 2018. p. 417-471.

PAZ, Plínio da; RODRIGUES, Andersom; CAVACO, Fabrício do; SANTOS, Neto. **Negra Felipa, a filha da mãe África nas terras de Alcobaça**. SAMBA, Império Matinhense. Enredo. Tucuruí-PA: 2022.

PEPETELA. **Mayombe**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

PEREIRA, E. A. D. **A configuração territorial da Amazônia Tocantina paraense**. Cametá, 2019. Digital.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. Escravidão, Fuga e a Memória de Quilombos na região do Tocantins. In: Projeto História: **Revista do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Nº 22. São Paulo, EDUC. 2001.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém - PARÁ: editora Açai, 2010.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos do poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Paka Tatu, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças e rituais em um povoado amazônico**. Cametá – PA, 2007.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes; SOUSA, Crisna Talita de. **Trabalhando, rezando e dançando muito: história dos habitantes da povoação Esperança, Cametá-Pará, Campinas, Labour, BBCMP Editora, 2021**.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; ROCHA, João Marinho da; AGUIAR, José Vicente de Souza. Caminhos para a autodeclaração: A luta por reconhecimento de mulheres Quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, na fronteira Amazonas-Pará. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 54, p. 61-84, jan./jun. 2016.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 2ª ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo

Neves”, 1988.

SANTOS, Rusevelt Silva. **Felipa Aranha: a guerreira da Amazônia**. Belém/PA, ed. Paka– Tatu, 2021.

SANTOS, Rusevelt Silva. **Poemas - Um grito negro: Poetizando a conscientização**. Belém/PA, Ed. Folheando, 2021.

SANTOS, Rusevelt Silva. **Narrativas amazônicas: Histórias Contadas pelo nosso povo**. Gurupi – TO, Ed. Veloso, 2021.

SANTOS, Y. L. **Racismo Brasileiro: uma história talhada à faca**. Paraná: Todavia, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola do professor Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (orgs.). A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016. p. 142-162.

SILVA, Ariosto Moura da. Práticas Educativas de Resistência no Quilombo Sítio Velho. *In: SOUZA, Elio Ferreira de; SILVA, Iraneide Soares da; MIRANDA, José Bispo de; MELO, Cláudio Rodrigues de. (org.). História e Cultura Afrodescendente*. v. 8. Teresina: FUESPI, 2018. p. 136-151.

SILVA, Eleonora Fênix da. Por uma educação para as relações étnico-raciais: entre desafios e possibilidades. *In: OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza; SILVA, Moisés Alves da; AIRES, José Luciano de Queiroz. (org.). Nas confluências do Axé: refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais*. João Pessoa: CCTA, 2015, p. 201-216.

SILVA, Julia Izabelle da. O debate sobre direitos linguísticos e o lugar do linguista na luta dos sujeitos falantes de línguas minorizadas: quem são os protagonistas? **RBLA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 663-690, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/er/a/xggQmhckhC9mPwSYPJWFbND/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 12 mai. 2023.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SANTOS, Nilsa Maria Conceição dos; ALCARAZ, Rita de Cassia Moser; VELOSO, Roberta Regina Chaves. Educação das Relações Étnico- Raciais nas Instituições Escolares. *In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; RÉGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. (org.). Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte*. Curitiba: UFPR: ABPN, 2018. p. 105-146.

SILVA, A. R. S. da.; SILVA, R. S. da. A história do negro na educação: entre fatos, ações e desafios. *In: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v.14, n. 24.p. 193-204, jul./dez., 2005.

SOBRINHO, Alice Moreira de Souza. **Narrativas mupienses: um estudo sobre as estratégias de acesso a educação na Vila da Comunidade Negra do Torrão-Mupi em Cameté-PA**. Dissertação (mestrado em Educação e Cultura) - Programa de Pós Graduação em Educação e

Cultura, Campus Universitário de Cametá, Universidade Federal do Pará. Cametá/PA, p. 135. 2019.

SOUZA, Emanuella Geovana Magalhães de; BATISTA, Ilanna Brenda Mendes. Educações e estratégias descoloniais: em busca de epistemologias afrodescendentes. *In*: SOUZA, Elio Ferreira de; SILVA, Iraneide Soares da; MIRANDA, José Bispo de; MELO, Cláudio Rodrigues de. (org.). **História e Cultura Afrodescendente**. v. 8. Teresina: FUESPI, 2018. p. 395-404.

SOUZA, Laura Oilveri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**, 1ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil africano**. 2ª ed., São Paulo. Ed. Ática, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 82-103.

TOURINHO, Francis Solange Vieira. **Tire o racismo do vocabulário: glossário de palavras racistas e suas substituições**. Santa Catarina: LABTESP, 2022.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

TUCURUÍ 50 anos -Vencendo desafios: Ver-o-Pará: Ver a Amazônia, Belém/PA, n 10, dezembro/1997.

TUCURUÍ 60 ANOS DE HISTÓRIA. **Revista atitude**. Gráfica e editora Luanny, Edição 0001, ano 01, n 01, dezembro de 2007, Tucuruí – PA.

UNI Amazônia. **Quilombolas da Amazônia: Vida e Luta**. YouTube, 18 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ODI9YjUYtIs>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

VASCONCELOS, Águida. **Olho d'água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?** *In*: VASCONCELOS, Águida Maria Araújo de; LIMA, Heloisa Pires; MELO, Williane Ferreira de.– São Paulo: Prumo, 2021.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. [s. l.]: Expressão Popular, 2007.